



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

POLLYANA VENANCIO DA SILVA

**O mundo em que vivemos:
Uma aproximação ao problema da crise estrutural do capital**

Maceió
2014

POLLYANA VENANCIO DA SILVA

**O mundo em que vivemos:
Uma aproximação ao problema da crise estrutural do capital**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, na linha de pesquisa *Trabalho, política e sociedade*, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra.

Orientadora: Prof.^a Dra. Edlene Pimentel Santos

Maceió

2014

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

S586m Silva, Pollyana Venancio da.

O mundo em que vivemos: uma aproximação ao problema da crise estrutural do capital /Pollyana Venancio da Silva. – 2014.
101 f.

Orientadora: Edlene Pimentel Santos.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 99-101.

1. Capital (economia). 2. Estado. 3. Capitalismo - Crise estrutural. 4. Título.

CDU: 364.23:316.334.2


Folha de Aprovação

AUTORA: POLLYANA VENANCIO DA SILVA

O mundo em que vivemos:

Uma aproximação ao problema da crise estrutural do capital

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 29 de agosto de 2014.

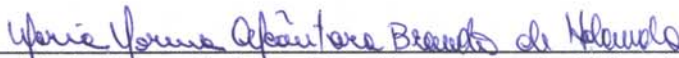


(Doutora, Edlene Pimentel Santos, Universidade Federal de Alagoas) (Orientadora)

Banca Examinadora:



(Doutora, Maria Edna de Lima Bertoldo, Universidade Federal de Alagoas)
(Examinadora Externa)



(Doutora, Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda, Universidade Federal de Alagoas) (Examinadora Interna)

Para Marquinhos...

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu amor, Marquinhos, pelo companheirismo, paciência, apoio e conchego nesses conturbados anos do mestrado...

Agradeço a minha mãe, Leide, por ser meu exemplo de luta, integridade e perseverança, inspirando-me a seguir em frente mesmo diante das dificuldades...

Agradeço às professoras, aos professores e aos colegas do mestrado. Em especial agradeço a minha orientadora, Edlene Pimentel, por ter contribuído para o meu processo de formação acadêmica desde a graduação. Estendo meus agradecimentos à professora Norma Alcântara pela experiência do estágio de docência na disciplina *Trabalho e Sociabilidade* e, por juntamente com a professora Maria Edna Bertoldo, compor a banca de avaliação dessa dissertação.

Agradeço aos membros docentes e discentes do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social com os quais tive a oportunidade de compartilhar momentos de reflexões teóricas que, sem dúvida, ampliaram meu horizonte intelectual.

Agradeço às amigas e aos amigos que, de uma forma ou de outra, me ajudaram a chegar até aqui. Em especial, agradeço à Rosa Emília, com a qual compartilhei as alegrias e as tristezas da experiência do mestrado, construindo daí as bases para uma relação de amizade...

Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro.

A todos os meus sinceros agradecimentos

“Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”

*O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE,
de Karl Marx*

RESUMO

O presente texto realiza uma reflexão acerca do problema da crise estrutural do capital, sob a ótica do pensamento de István Mészáros. A pesquisa realizada pretende elucidar as determinações históricas e sociais da crise estrutural do capital. Objetiva-se contribuir com o debate realizado atualmente sobre a crise estrutural e suas implicações. Por meio de pesquisa bibliográfica detectamos os principais pontos concernentes ao nosso estudo. Buscamos apreender os principais aspectos referentes ao percurso histórico de consolidação do capital como sistema de controle social para a partir daí procurar entender a efetividade da crise estrutural do capital.

Palavras-Chave: Capital; Estado; Capitalismo; Crise estrutural do capital.

ABSTRACT

This essay is a reflection on the problem of capital's structural crisis, from the perspective of thinking Istávn Mészáros. The research aims to elucidate the historical and social determinations of capital's structural crisis. It aims to contribute to the debate currently held on the structural crisis and its implications. Through literature search detected the main points concerning our study. We seek to discover the main aspects related to the historical trajectory of consolidation of capital as a social control system to thereafter seek to understand the effectiveness of the structural crisis of capital.

Key-words: Capital; State; Capitalism; Structural crisis of capital.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. PARA COMPREENDER OS FUNDAMENTOS HISTÓRICO-ONTOLÓGICOS DA ORDEM DA REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL.....	20
2.1. A categoria trabalho como a atividade criadora da vida humanossocial.....	20
2.2. O processo de divisões do trabalho e os antecedentes históricos do sistema do capital.....	29
3. A ESTRUTURA IMANENTE DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL EM DESENVOLVIMENTO.....	42
3.1. Desenvolvimento capitalista e crises de superprodução.....	42
3.2. Não é só uma crise capitalista: a questão da crise estrutural do capital.....	53
4. A CRISE ESTRUTURAL E O DESCENSO HISTÓRICO DA SOCIEDADE DO CAPITAL.....	65
4.1. A inviabilidade da resposta política à crise estrutural do capital.....	65
4.2. A ativação dos limites absolutos do capital e suas consequências sociais.....	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99

1. INTRODUÇÃO

Vivemos numa época inquietante. Ao mesmo tempo em a humanidade alcançou níveis de desenvolvimento extraordinários no campo da ciência, da técnica, da informação, da cultura e da produção de riqueza material como jamais se viu, deparamo-nos com a iminente possibilidade de um desastre ecológico, com a exploração até o sangue de contingentes populacionais para a manutenção da acumulação privada de riqueza¹, com o descarte de tantos outros contingentes populacionais por não serem mais necessários à acumulação privada de riqueza e, por mais estarrecedor que seja, com a possibilidade de extirpação de populações pela fome². Tudo isso nos leva a temer o futuro.

A magnitude das transformações sociais observadas já na primeira metade do século XX desencadeou um fluxo de teorizações que alegavam o fim do mundo como o conhecemos. A ideia de modernidade, formulada no final do século XVIII, passou a ser questionada. De acordo com Krishan Kumar (s.d.), a ideia de modernidade já enfrentava no final do século XIX uma reação contestatória por parte do movimento cultural denominado modernismo. Apesar da correlação entre os termos, sua aplicação pode carregar em si significados diferentes. O termo modernidade designa de forma abrangente “todas as mudanças – intelectuais, sociais e políticas – que criaram o mundo moderno” (KUMAR, s.d., p. 106). Já o modernismo “constitui, em alguns aspectos, uma reação crítica à modernidade” (KUMAR, s.d., p. 106).

Uma noção de moderno chegou a vicejar antes do século XVIII. No fim do século V d.c. registrava-se o uso da palavra “*Modernus*, derivado de *modo* (‘recentemente’, ‘há pouco’) [...] como antônimo de *antiquus*” (KUMAR, s.d., p. 106). Posteriormente, “termos como *modernitas* (‘*tempos modernos*’) e *moderni* (‘homens

¹ Na China, a Foxcon, maior fornecedora da Apple, registra desde 2011 casos de suicídio em decorrência das más condições de trabalho, moradia e extensas jornadas diárias enfrentadas pelos seus trabalhadores. Em 2012, 150 trabalhadores ameaçaram realizar suicídio coletivo como forma de protestos ao regime de trabalho imposto pela Foxcon.

² Exemplo emblemático de tal questão é a Nigéria, um dos países mais pobres do mundo, que sofre de crises alimentares crônicas segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

de nosso tempo’) tornaram-se também comuns, sobretudo após o século X” (KUMAR, s.d., p. 106).

No lastro de tal linha cronológica, a modernidade desponta como uma invenção da Idade Média cristã. A ideia do moderno surge como um contraste entre o mundo antigo pagão e o moderno cristão. O filho de Deus encarnado, Jesus Cristo, era a modernidade. Com ele teríamos deixado para trás o mundo das trevas pagão e pela primeira vez a história humana teria ganhado significado.

A Idade Medieval, assim como a Idade Antiga, foram formas de sociabilidade nas quais predominou uma noção estática de tempo e de história. Suas estruturas sociais, de longa duração, davam à vida um caráter de imutabilidade e naturalidade. O tempo e a história eram entendidos como reflexo de um eterno presente, já que, a vida apenas seguia um ciclo que tendia a se repetir de novo e de novo. A vida tinha um caráter muito mais contemplativo que ativo. O que era justificado pela predominância do pressuposto de que o que estava posto não podia ser alterado. Por mais que conhecer fosse apreender a essência das coisas, aos homens cabia apenas desvelar a verdade existente no ser³, não modificá-la. Dentro de tal contexto, a ideia do Filho de Deus encarnado, como redentor da humanidade, significou uma novidade num mundo no qual todos estavam fadados a contemplação da eternidade.

Com o mundo em convulsão em decorrência do rearranjo entre as classes sociais com início da chamada Baixa Idade Média no século X, uma nova concepção de tempo e de história, mais correspondente com as transformações sociais que ali tomava forma, encontravam espaço para serem acolhidas.

A figura de Cristo pode, sem grandes discussões, ser rotulada de o mais notável monomito construído pela humanidade. Marcamos o tempo, até hoje, dividido entre antes e depois de Cristo. Há um mundo velho que teria ficado para trás e um

³ Tal empreendimento cabia aos homens livres e nobres que, naquelas sociedades, ocupavam-se da organização e direção da vida social e das atividades voltadas às questões do espírito. Aos escravos e servos cabia, apenas (!), a produção da riqueza material necessária à manutenção de toda a vida social.

novo que teria se erguido após a sua vinda. O cristianismo exerceu forte influência na Europa ocidental durante a Idade Média e com a ascensão e expansão do modo de produção capitalista foi levado mundo a fora.

Mas, mais do que trazer à tona uma nova concepção de tempo, a modernidade cristã fez isso

em tempo humano, tempo histórico. A humanidade é erguida acima de todas as demais ordens da criação e transformada no veículo da finalidade divina. A história humana teve, e forçosamente teria que ter, um princípio diferente do da história natural. Toda criação é criação de Deus e sujeita à sua vontade. Mas ele resolveu enviar seu filho aos homens e, dessa maneira, injetou na história humana um valor indescritivelmente mais alto que qualquer outro no mundo não humano (KUMAR, s.d., p. 107-8).

Ao privilegiar a história humana, o cristianismo incutiu nela a ideia de futuro. A compreensão escatológica da história que, entre proposições filosóficas e teológicas, expressa teses acerca de um fim último da humanidade e de sua história, apresenta a capacidade teleológica como um atributo da história, não do homem. Do eterno presente do mundo antigo, passamos para uma análise sequencial do tempo e da história na qual o passado existe enquanto uma espécie de preparação para o grande final já reservado à história.

Erige-se uma sequência linear de tempo e história, na qual o passado pode ser ampliado e subdividido entre o “antes” e o “depois” de Cristo, mas, apenas como um prólogo do futuro (KUMAR, s.d., p. 108). Tal contraste entre o conceito pagão e cristão de tempo revela como muito do que entendemos por modernidade está contido na filosofia cristã da história, mesmo após a renascença e o estabelecimento da ideia de mundo moderno burguês.

A ideia de modernidade cristã humanizou o tempo. Mesmo que sob uma concepção divina lhe deu um caráter linear e irreversível, marcado por um começo, um meio e um fim, sendo o momento do fim o ponto que dá sentido a vida. Cria-se uma sobrecarga de expectativa no futuro. Essas são características marcantes da modernidade bastante reveladoras da ideia burguesa de tempo e história.

A divisão da história humana, mais especificamente da história ocidental em épocas distintas - a Idade Antiga, a idade Medieval e a idade Moderna - remonta ao período da Renascença. No curso do seu desenvolvimento a Renascença também acolheu a “invenção, no século XVI, da ideia da ‘Idade das Trevas’” (KUMAR, s.d., p. 112). O que a ideia da “Idade das Trevas” fez foi estabelecer um contraste entre a Idade média e a Antiguidade.

De um lado, a “Idade das Trevas” aparece como

uma era de barbárie, um período de obscuridade e atraso que servia apenas para realçar as realizações da era precedente da Antiguidade (sic) e, ao mesmo tempo, assinalar a mudança de direção nos tempos modernos (KUMAR, s.d., p. 112).

Do lado oposto, a Antiguidade é concebida como um período de luz resplandecente, ofuscado pelas trevas da Idade Média, mas, que voltava a reluzir com a “renascença”. A busca da Renascença pelos padrões eternos da Antiguidade a distinguia da ignorância e superstição da Idade Média.

A nova concepção de tempo, assim, existia em potencial, não de forma real. Para além do espaço daqueles que se ocupavam da tarefa de pensar a questão do tempo – como se ligavam ou como se anulavam o passado, o presente e o futuro –, cabia ao homem comum aguardar em Deus a libertação da sua vida de miséria e sofrimento. A promessa seria cumprida no tempo de Deus e quem determinava o tempo de Deus era a Igreja, logo seus dogmas não podiam ser questionados. Daí a depreciação dos *modernus* e *modernitas*.

A Renascença “trouxe para o primeiro plano o interesse pela história secular, em contraste com a história sagrada, que dominara o pensamento medieval” (KUMAR, s.d., 113). Porém, esse movimento foi realizado olhando-se para trás, “como o movimento de uma roda ou círculo que volta à origem” (KUMAR, s.d., 113). Na verdade, “De forma paradoxal, foi a própria inclinação secular do pensamento histórico da Renascença que a impediu de conceber seu próprio tempo como ligado, de uma forma radicalmente nova, ao futuro” (KUMAR, s.d., 113). Os historiadores e teóricos políticos da Renascença ao se interessarem pela ideia cristã de história

agarraram-se a opinião agostiniana de que o mundo envelhecera e estaria em estado terminal, logo não valia à pena interessar-se pelo futuro.

O mundo ocidental, até a primeira metade do século XVIII, foi marcado por uma profusão de ideias que relativizavam a questão do tempo e da história. Enquanto essa situação perdurou não foi possível estabelecer um autêntico conceito de modernidade. Predominava, então, a ideia da história como um todo uniforme e imutável, do qual apenas se podia tirar “exemplos para instrução em assuntos morais e políticos” e “lições para finalidades presentes” (KUMAR, s.d., p. 117). Só a partir da segunda metade do século XVIII é que essa visão de tempo e história começou a ser substantivamente redefinida, “abrindo caminho para um novo conceito de modernidade” (KUMAR, s.d., p. 116). Foi nesse momento que, finalmente, a ideia de modernidade, colocada primeiramente pela filosofia cristã da história, pode se desenvolver.

Diferentemente do menosprezo da Renascença pelo tempo presente, a modernidade capitalista tinha o presente como a época a ser vivida. A crença no progresso fez os modernos conceberem a si mesmo como os demiurgos da história humana. As crenças milenaristas e apocalípticas que eram peculiares da ideia de modernidade cristã foram secularizadas através da ideia de progresso. Com isso, a modernidade definiu a partir de seus moldes a história humana, como se o processo burguês de desenvolvimento que a consolida fosse algo peculiar a toda a humanidade.

Enquanto a modernidade define a si mesmo de forma rígida, uma das características principais da chamada pós-modernidade é a indefinição, inclusive de si própria. De forma geral, para os pós-modernos não haveria como definir sem cair na armadilha da objetividade e da racionalidade moderna. Definir, então, seria moderno demais para os pós-modernos.

De acordo com Kumar (s.d., p. 142), entre aqueles que, por interesse em promoção e propaganda, atreveram-se a definir a “era pós-moderna”, está Charles

Jencks⁴, um de seus maiores profetas. De acordo com sua definição, a “era pós-moderna” seria caracterizada pela superabundância de opções, daí não haver sentindo em ater-se a alguma forma de ortodoxia. Todas as tradições aparentemente teriam alguma validade. Esse sentimento de desapego a qualquer forma de conexão profunda com algo estaria ligado ao advento do conhecimento e da informação, da cibernética, da comunicação mundial. Teria se tornado possível aos indivíduos serem “coleccionadores”, “viajantes ecléticos do tempo” que usufruem da superabundância de opções que a vida oferece.

O grande problema da nossa época seria a nossa maior oportunidade: o pluralismo. Isso porque, quando “Todo Homem se torna cosmopolita e, Toda Mulher, um indivíduo Liberado, a confusão e a ansiedade passam a ser estados dominantes do espírito, e o *Ersatz*, uma forma comum de cultura de massa” (JENCKS *apud* KUMAR, s.d., 142, grifo do autor). Esse seria o preço a pagar pela “era pós-moderna”, assim como a monotonia, o dogmatismo e a pobreza foram os fardos típicos da época moderna.

O pós-modernismo seria “principalmente uma reação ao modernismo cultural” (KUMAR, s.d., 143), não a afirmação de sua superação sumária. Os ecletismos pós-modernos permitiriam a aceitação de tradições: “Em vez da ‘tradição do novo’, há uma ‘combinação de muitas tradições’, ‘uma notável síntese de tradições’” (KUMAR, s.d., 143). Até mesmo da tradição do moderno.

A ideia do pós-modernismo está intimamente ligada à alegação de falecimento da arquitetura moderna. A dinamitação do conjunto habitacional Pruitt-Igoe⁵ em 1972 foi considerada por muitos como o momento histórico exato em a

⁴ Paisagista e escultor estadunidense que escreve sobre arte cosmogênica e é conhecido por sua crítica a arquitetura moderna.

⁵ O conjunto habitacional Pruitt-Igoe era um dos lugares mais marginalizados e violentos da cidade de St. Louis, no Estado do Missouri, Estados Unidos. Tal cidade foi afetada por uma crise causada por um processo de crescimento descontrolado. O movimento de migração e a falta de políticas públicas fizeram crescer periferias imensamente pobres e marginalizadas nos arredores do município e em direção ao centro da cidade, o que fez despencar o valor do solo. Em 1950 foi aprovado um projeto da prefeitura de St. Louis, com verba do Estado Missouri, para a demolição das favelas que se aproximavam da área central da cidade e sua venda para a iniciativa privada a baixos preços. O objetivo de tal iniciativa era assegurar a ocupação dessa área por atividades comerciais e pela classe média, ao passo que se construía conjuntos habitacionais densos e verticais, de modo a acomodar a

pós-modernidade teria nascido. A demolição daquele projeto arquitetônico deveria ser encarada não só como uma reação contra o modernismo arquitetural, mas, como uma virada, caracterizada pelo ecletismo e pelo pluralismo, por uma divertida mistura e combinação de tradições. Viver era consumir a urbe. Ela era o palco onde se encenava a vida.

Tais preceitos ecoaram por todo o movimento de contestação do modernismo, coincidindo com a popularização das chamadas teorias pós-industriais. Nos anos de 1960, a ideia de sociedade pós-industrial despertou um espírito otimista que, em 1973, foi substituído por um “estado de espírito de crise” com o choque do petróleo (KUMAR, s.d., p. 14). Diante disso,

Partidos de direita exploraram esse estado de espírito, pregando uma volta aos valores e costumes “vitorianos” de esforço pessoal e *laissez-faire*. Pediam o abandono do planejamento central e da intervenção do Estado, os aspectos mais óbvios da acomodação pós-1945 e principal premissa da teoria pós-industrial (KUMAR, s.d., p. 14).

O evoluir da ideia de sociedade pós-industrial está ligado, política e ideologicamente, a necessidade de reprodução do sistema do capital, que àquela época pedia o recrudescimento do papel do Estado, o que culminaria mais a frente no neoliberalismo, e na exarcebação do individualismo burguês, travestido da concepção torta de “esforço próprio” em decorrência do desencadeamento da crise estrutural do capital.

Dessa forma, “Qualquer que fosse o futuro das sociedades industriais [...] elas pareciam ainda estar envolvidas com as mesmas dificuldades e dilemas que as haviam atormentado nos últimos cem anos” (KUMAR, s.d p. 14). O período de crescimento pós-guerra foi o “acaso feliz”, não a regra. O seu termino apenas trazia

imensa população pobre da cidade em pouco espaço. Vários problemas, como a distância com relação ao centro da cidade, a falta de manutenção, de falta de assistência e até mesmo alguns erros do projeto arquitetônico, foram verificados. O Pruitt-Igoe e toda a estratégia por trás dele declinaram. Como resultado, o conjunto habitacional ficou fortemente estigmatizado, e a sua demolição coincidiu com o efervescente movimento de contestação do modernismo. Por isso, elegeu-se o momento de sua demolição como o marco fundaste do pós-modernismo. O Pruitt-Igoe nos parece a real efetivação das políticas públicas no período que se seguiu a 1945 <<http://portalarquitetonico.com.br/pruitt-igoe/>>

novamente á baila conflitos clássicos e o debate sobre o industrialismo. Era o passado reafirmando o seu primado.

Os movimentos de contestação da modernismo e do industrialismo refletem mudanças reais, no entanto, tais mudanças representam o encerramento de um ciclo do desenvolvimento burguês, não o distanciamento real ou a ultrapassagem dos preceitos balizadores do mundo moderno-industrial. Ao contrário, tais mudanças colocam em um patamar mais elevado as determinações constitutivas da sociedade capitalista.

Em 1848, com as sublevações operárias, também se encerrou um ciclo do desenvolvimento burguês que remontava a preparação ideológica da Revolução Francesa, revelando os núcleos básicos do que entendemos como a razão moderna (NETTO, 2006, p.10). Evidenciou-se, assim, uma clivagem histórica, marcada em um primeiro momento pela ascensão da burguesia como classe revolucionária em luta direta com as ingerências do regime feudal, e, um segundo, marcado pelo arrefecimento da sua postura revolucionária e a exarcebação do seu caráter conservador. O processo de transição da sociedade feudal para a burguesa trouxe a necessidade de uma concepção de mundo capaz de romper com os preceitos medievais que impediam o florescimento da nova forma de sociabilidade latente. Pode-se dizer que nesse momento a burguesia tinha necessidade da verdade, não de uma verdade abstrata, mas de uma verdade historicamente dada. Consolidada a sociabilidade burguesa, no século XIX, era preciso conhecê-la para impor-lhe uma determinada ordem e, conhecida essa ordem, conservá-la. Desse momento em diante a verdade passou a configurar-se como uma “inimiga de classe” da burguesia. O conhecimento “tem de passar a ser um conhecimento que veda a possibilidade da objetividade. Não é uma escolha dos indivíduos da burguesia, é uma determinação coletiva de classe” (CHASIN, s/d, p. 3-4) que a pôs em oposição direta as reivindicações que emergiam no seio do proletariado urbano-industrial.

A contestação do modernismo vem impregnada da negação da objetividade típica do pensamento moderno, por isso é dele parte constitutiva. A apreensão das mudanças que marcam a primeira metade do século XX é realizada somente a partir da questão do indivíduo. A liberdade de que trata não se refere à liberdade do

gênero humano, mas, sim, à liberdade de consumo como forma de preencher a nulidade de sentido a qual é reduzida a vida humana.

A contestação ao modernismo faz parte das chamadas teorias pós-industriais, perpassando mais de uma de suas vertentes. Para Mészáros (2009a, p. 796), essas teorias fazem parte da impossibilidade de ocultar-se a crise estrutural do capital. Com isso, “a mesma mistificação ideológica que ontem anunciava a solução final de todos os problemas sociais hoje atribui o seu reaparecimento a fatores puramente tecnológicos”, ou a qualquer outro em voga, “despejando suas enfadonhas apologias sobre a ‘segunda revolução industrial’, ‘o colapso do trabalho’, a ‘revolução da informação’ e os ‘os descontentamentos culturais da sociedade industrial’”,

O mundo em que vivemos hoje é o mundo estabelecido pelo processo de acumulação do capital e ao seu imperativo autoexpansionista está sujeito. As mudanças verificadas nas últimas décadas expressam o seu enorme potencial de revolucionar o desenvolvimento das forças produtivas, ao passo que leva as suas contradições a todas as esferas da vida humana. No seu percurso histórico as forças destrutivas que o compõem têm se mostrado predominantes. Nesse sentido, o atual desafio histórico posto à humanidade é a criação de uma alternativa radical capaz de se opor positivamente ao sistema do capital. Para isso é necessário, “uma reavaliação crítica do passado”, para que se tenha uma noção objetiva das reais possibilidades de desenvolvimento histórico que a humanidade dispõe hoje. Daí realizarmos uma aproximação ao problema da crise estrutural do capital, no intuito elucidar as suas determinações históricas e sociais.

Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica de obras selecionadas de Karl Marx (1983, 2009, 2008), Friedrich Engels (2009, 2010) e István Mészáros (2009a, 200b), através das quais tentamos articular de forma coerente os principais aspectos referentes ao tema aqui proposto.

Entender quais são as determinações históricas e sociais da crise estrutural do capital é uma questão primordial para podermos identificar o real significado das transformações em curso dos os anos de 1970 para cá. O reordenamento da dinâmica social realizado por tais transformações evidenciam fortes implicações para

a sociedade de forma geral, e especialmente para a classe trabalhadora. Sendo o Serviço Social uma profissão que lida, direta ou indiretamente, com as demandas e necessidades da classe trabalhadora e as determinações políticas do Estado moderno, buscar entender a questão da crise estrutural do capital é fundamental.

Para facilitar a exposição do nosso tema, dividimos nossa pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo, buscamos apreender o trabalho como a atividade criadora da vida humanossocial, demonstrando com ele não está apenas na base da atividade econômica de uma determinada sociedade, mas constitui o alicerce sobre o qual toda a história humana é efetivada. Analisamos, também, como o processo de divisões do trabalho rompeu com os preceitos orientadores mais essenciais do sistema coletivo da produção e da apropriação de riqueza, estabelecendo os elementos indispensáveis à constituição de um novo sistema de controle social, fundamentado na perda do controle coletivo e orientado da produção da vida material e na divisão da sociedade em classes antagônicas. A partir de tal processo histórico verificamos a manifestação de crises periódicas. Tais crises expressavam a desigualdade instaurada entre os homens e, em certos momentos, exerciam a função de agente regulador do processo produtivo.

No segundo capítulo, vimos como no modo de produção capitalista o processo de trabalho se desenvolve enquanto base material para o processo de formação de valor e valorização do capital. Com isso, a força de trabalho é definitivamente transformada em uma mercadoria que tem por função a valorização do capital para a geração de mais-valia. A finalidade do processo de produção capitalista, então, é a produção de mais-valia. É na busca incessante pela produção de mais-valia que encontramos as bases materiais para a manifestação das crises capitalistas de superprodução. No que concerne a crise estrutural do capital, observamos que ela não se configura como mais uma crise cíclica capitalista. A crise estrutural do capital atinge todas as dimensões essenciais do complexo global do sistema do capital, sendo dessa forma não assimilável pela estrutura reprodutiva desse sistema. Nesse sentido, quaisquer possibilidades de resolutividade de tal crise apontam para além do sistema do capital.

No terceiro capítulo, vimos como o capital se constitui historicamente numa forma incontrolável de controle sociometabólico e, por conseguinte, como uma estrutura totalizadora que escapa a um grau significativo de controle humano na tomada de decisões essenciais à organização da vida em sociedade. Sob a dominância histórica do capital, tanto os trabalhadores como os capitalistas encontram-se submetidos aos ditames autoexpansionista do capital. Tem lugar, assim, a ativação dos limites absolutos do capital. A ativação de tais limites não significa, necessariamente, o fim do sistema do capital, mas, implicam condições de vida cada vez mais difíceis e colocam a possibilidade da autodestruição da vida humana.

2. PARA COMPREENDER OS FUNDAMENTOS HISTÓRICO-ONTOLÓGICOS DA ORDEM DA REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL

Neste capítulo, nos deteremos no delineamento mais geral do processo histórico através do qual, pouco a pouco, foram emergindo em graus diferenciados através da história das sociedades de classe os elementos constitutivos da ordem da reprodução sociometabólica do capital.

Começaremos pela apreensão do trabalho como a atividade criadora da vida humanossocial. Nesse sentido, o trabalho não está apenas na base da atividade econômica de uma determinada sociedade, mas constitui o alicerce sobre o qual toda a história humana é efetivada. O trabalho é apresentado como a raiz do próprio ser humano. Atividade a partir da qual o indivíduo que trabalha se constitui como um ente social. Assim entendido, pode ser apreendido a partir da realidade, tanto como o fundamento do mundo humanossocial, como em suas manifestações específicas em cada época econômica, determinando o desenvolvimento da vida social.

Veremos, também, como o processo de divisões do trabalho rompeu com os preceitos orientadores mais essenciais do sistema coletivo da produção e da apropriação da riqueza. No decurso histórico do processo de divisões do trabalho podemos visualizar a ascensão dos elementos indispensáveis à constituição de um novo sistema de controle social, fundamentado na perda do controle coletiva da produção da vida material. As suas determinações mais essenciais implicaram o declínio dos preceitos orientadores da vida primitiva comunitária, dando lugar à organização dos indivíduos sociais em classes, de acordo com o lugar que ocupavam em relação ao processo de produção e apropriação da riqueza. Como parte integrante de tal processo histórico há a manifestam de crises periódicas. As crises expressavam tanto a desigualdade instaurada entre os homens e exerciam a função de agente regulador do processo produtivo.

2.1. A categoria trabalho como a atividade criadora da vida humanossocial

Marx (1983, p. 149-54), no Capítulo V do Volume I da sua obra basilar, *O capital...*, antes de tratar do que ele chama de o “capitalista em aspiração” e do germe da produção capitalista, nos mostra o que é o trabalho e como essa atividade não está presa a nenhuma formação social humana determinada, mas ao mesmo tempo pertence e cria todas elas.

Considerando o processo de trabalho abstratamente, eis como o autor conceitua tal atividade:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media (sic), regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes à do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação na forma da matéria natural, realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1983, p. 149-50).

O autor nos apresenta o trabalho como **a** relação primária, profundamente arraigada, entre o homem e a Natureza. Nos seus termos, o trabalho constitui um processo individual que envolve a completude do ser que o realiza, numa interação constante e direta com a Natureza, retirando dela o necessário para a manutenção da vida. Podemos dizer então que, nesse contexto, o homem exerce o domínio sobre todas as partes constitutivas do processo de trabalho, modificando não só a base indispensável à vida social, a Natureza, mas ampliando a percepção dos recursos a sua volta, o que permite que ele domine e disponha melhor dela e de si mesmo.

Ademais, o trabalho, na forma como é pressuposto, evidencia-se como uma atividade que diz respeito ao ser humano, a sua capacidade mental e laborativa de ação. Este é um ponto essencial que, até onde sabemos, demarca uma importante distinção entre as atividades realizadas por algumas espécies no mundo animal e a atividade do ser humano. Temos conhecimento que há na Natureza diversas espécies que realizam atividades que se destinam a manutenção da sua sobrevivência, algumas, até chegam a apresentar complexa organização gregária – lembremos das colônias de insetos –, contudo, este tipo de atividade diz respeito apenas à ordem natural, manifestando-se, muitas vezes, como uma determinação de caráter genético. A atuação do ser meramente natural sobre a matéria natural realiza-se como uma interação imediata, comumente fixa e que tende a reproduzir ou atender a necessidades biologicamente estabelecidas. Por isso, por mais bem acabadas e minuciosas que sejam estas atividades, não se caracterizam como a atividade do trabalho. Segundo a tese marxiana acima apresentada, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana por ser projetada primeiramente na cabeça do homem que trabalha antes de se realizar na matéria natural. O início do processo de trabalho é antecipado idealmente na imaginação do trabalhador. Dessa forma, o homem não só transforma a matéria natural, ele realiza nela o seu objetivo. Ao dar início a este processo, que começa em sua mente e que se realiza na matéria natural seu objetivo, o ser humano, completo, “braços e pernas, cabeça e mão”, determina a espécie e o modo da sua atividade, estabelecendo suas possibilidades e limites de desenvolvimento em sua ineliminável relação com a Natureza. São despertadas, a partir daí, as potências existentes no ser humano, mas adormecidas até o momento da efetuação do movimento constitutivo do processo de trabalho.

Ao pôr finalidade a sua interação com a natureza, o homem também precisa escolher nela os meios mais adequados através dos quais ele efetivará o que foi previamente idealizado em sua mente. O trabalho só expressa-se como tal no momento em que aquilo que foi previamente projetado na mente do homem objetiva-se na realidade, ou seja, quando a matéria natural é transformada pela ação material do sujeito no objeto real do trabalho.

O processo de trabalho envolve duas dimensões: uma subjetiva e uma objetiva. Os elementos simples do processo de trabalho, quais sejam “a atividade

orientada a um fim ou o trabalho, seu objeto e seus meios” (MARX, 1983, p. 150), interligam essas duas dimensões. Por objeto de trabalho podemos entender tudo aquilo sobre o que incide a atividade do ser humano, seja a matéria natural em sua forma bruta ou a que já foi modificada pelo trabalho, a matéria-prima. Já os meios de trabalho são

uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meio de poder sobre outras coisas, conforme seu objetivo (MARX, 1983, p. 150).

O ser humano se vale da Natureza para criar tudo o que é necessário à efetivação da atividade do trabalho. Essa interação transformadora com a Natureza que, é um imperativo para a sobrevivência do homem, caracteriza-o como “o *toolmaking animal*, um animal que faz ferramentas” (MARX, 1983, p. 151). Esta característica torna “os restos dos meios de trabalho” fundamentais “para a apreciação de formações sócio-econômicas desaparecidas”, visto que, “Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz [...] que distingue as épocas econômicas” (MARX, 1983, p. 151). Por isso, “Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 1983, p. 151).

É através da força de trabalho, a energia humana despendida no processo de trabalho, que os meios de trabalho transformam o objeto de trabalho em um bem útil à satisfação de uma necessidade qualquer. A transformação da matéria natural nesse produto é pretendida desde o início do processo de trabalho, podemos dizer desse modo, que

O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio (MARX, 1985, p. 151).

O fio é o produto resultante do processo de trabalho, é a manifestação objetiva da conjunção do objeto e dos meios de trabalho como meios de produção, postos em ação pelo trabalho, que aparece aqui como trabalho produtivo. Todas as etapas do processo de trabalho se fundiram no produto, que ao ser usado ou

consumido irá se realizar como valor de uso. Porém, esse não é o seu fim, pois, o produto é ao mesmo tempo resultado e condição do processo de trabalho.

Quando um produto qualquer sai de um processo de trabalho ele acaba por ser reinserido em novos processos de trabalho, nos quais outros produtos, também frutos de processos anteriores de trabalho, atuarão sobre ele como meios de produção. Há, dessa forma, uma contínua ligação entre processos de trabalho anteriores, nos quais uma matéria natural qualquer, em sua forma bruta ou já trabalhada, será um ou outro elemento do processo simples de trabalho, dependendo do contexto e do objetivo do processo em questão.

O trabalho passado, que compõe todo produto, na verdade, só é lembrado quando a realização do seu valor de uso não corresponde ao esperado. Segundo Marx (1983, p. 153), “importa tão pouco que o linho e o fuso”, por exemplo, “sejam produtos de trabalho passado, como no ato da alimentação interessa que o pão seja produto dos trabalhos passados do camponês, do moleiro, do padeiro etc.”. São os defeitos que, por ventura, venham a manifestar-se que fazem lembrar “vivamente o couteleiro *A* e o fiandeiro *E*” (MARX, 1985, p. 153). Sem isso, o trabalho passado acaba integrado a sua utilidade e é ela que será lembrada.

Quando uma coisa não exerce a sua funcionalidade, acaba por ser consumida pela “força destruidora do metabolismo natural” (MARX, 1985, p. 153). Só “O trabalho vivo” pode “apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos” (MARX, 1985, p. 153). Assim, “Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos” elas são “animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação”, sendo

também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção (MARX, 1985, p. 153).

Quando incorporadas ao consumo individual, as coisas são consumidas como meio de subsistência do indivíduo vivo, ou seja, dizem respeito apenas a sua própria

reprodução, o seu produto é por isso o próprio consumidor; já quando incorporadas a um novo processo de trabalho elas são consumidas como meio de subsistência do próprio trabalho, ou seja, da força de trabalho ativa do indivíduo, não apenas da potência existente em todo indivíduo vivo, seu produto, dessa forma, é um produto distinto do consumidor. O trabalho é, nesse último sentido, um processo de consumo criativo social. Ele consome a matéria natural no intuito de criar o novo e o diverso do seu ser.

Observa-se, então, que

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam (MARX, 1985, p. 153-154).

Está estabelecido aí o alicerce de toda e qualquer sociedade humana, sobre o qual o homem se constrói como gênero através do tempo. Ao pormos juntos e em movimento o objeto, os meios e a força de trabalho, isto é, o conjunto das forças produtivas, no intuito de nos apoderarmos da matéria natural de forma útil à vida, efetuando nela nosso objetivo, desenvolvemos características e traços que nos diferenciam da Natureza, sem deixarmos, no entanto, de fazer parte dela. Mesmo com todas as mudanças operadas durante milhares de anos na forma de ser do trabalho, o seu imperativo originário, qual seja a criação do mundo material através da interação orientada do homem com a Natureza, permanece verdadeiro. Dessa forma,

Tão pouco quanto o sabor do trigo revela quem o plantou, podem-se reconhecer nesse processo as condições em que ele decorre, se sob o brutal açoite do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se Cincinnatus o realiza ao cultivar suas poucas jugeras ou o selvagem ao abater uma fera com uma pedra (MARX, 1985, p. 153-154).

Os meios de trabalho nos possibilitam distinguir as épocas econômicas umas das outras, mas, seja o trigo produzido sob condições rudimentares ou sofisticadas, de liberdade ou de coação, continuará sendo trigo. Quando da sua utilização é isso

que importará, pois as condições sob as quais ele foi produzido se dissipam na sua realização. Em qualquer uma das situações o que se tem em comum é a produção do valor de uso para a satisfação de necessidades de alguma espécie, pois, do processo de trabalho, independentemente da época econômica na qual se realiza, sempre resultará em um produto útil à vida humana.

Através de tal abstração, Marx (1983, p. 149-54) nos mostra o trabalho como o impulso primeiro do agir humano, elevando-o acima de quaisquer formações sociais por nós já conhecidas, ao passo que o estabelece como a base da vida material de todas elas. Para o autor, portanto, a relação do homem com a Natureza, o trabalho, é a base ineliminável da existência e do desenvolvimento humano. A partir de tal pressuposto, depreende-se que a reprodução de toda e qualquer sociedade tem por alicerce as transformações efetuadas por meio da atividade do trabalho.

Na concepção marxiana, então, o trabalho confere a materialidade da história humana. Reflexões a esse respeito antecedem até mesmo *O capital...* Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2009, p.23) afirmam: “As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais e delas só na imaginação se pode abstrair”. Para os autores, “São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições reais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação” (ENGELS; MARX, 2009, p.23-4) que criam o mundo como o conhecemos.

É verdade que

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião - por tudo que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de subsistência (*Lebensmittel*), passo que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os meios de subsistência, os homens produzem, indiretamente a sua própria vida material (ENGELS; MARX, 2009, p.24, grifo do autor).

Para poder sobreviver é imprescindível que o ser humano crie através da sua interação com a Natureza os meios de subsistência necessários para tal. Porém, “O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em

primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir” (ENGELS; MARX, 2009, p.24). Como a atividade do trabalho não é um ato estanque, ela flui através do tempo como uma potência transformadora. Cada geração inicia seu ciclo de vida sob as determinações legadas pela geração que lhe precedeu. O que não significa que há um impedimento à capacidade transformadora da atividade humana, mas “Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos” (ENGELS; MARX, 2009, p.24). O ato de produzir o necessário para a manutenção da vida

Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem [*zu äußern*] a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam [*äußern*] a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide [...] com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua vida (ENGELS; MARX, 2009,, p. 24, grifo do autor).

São essas condições que demarcam historicamente a forma de ser dos indivíduos em cada época econômica. O ser humano se exterioriza como tal dentro dos limites e possibilidades postos por aquilo que ele já encontra estabelecido e pelo que pode vir a ser por ele criado. O desenvolvimento humano, então, é composto por um movimento dialético entre o homem e a Natureza, e do homem consigo mesmo. Desse modo, “são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento” (ENGELS; MARX, 2009,, p. 32). Por isso, para os autores, “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (ENGELS; MARX, 2009,, p. 32).

Vê-se aí o fundamento do homem no ato de produzir os meios necessários à sobrevivência humana. A base dessa concepção é que o ponto de partida da análise do homem é a relação homem/Natureza mediada necessariamente por um tipo de atividade específica: o trabalho. Uma concepção materialista nova cujo ponto de partida é o estudo dos homens em suas relações econômicas e sociais, ou melhor, da produção real de suas vidas.

O trabalho em seu processo evolutivo humaniza a natureza, torna-a humanizada pelo conjunto das transformações que as gerações humanas

imprimiram a ela. Ao mesmo tempo, o homem se humaniza no processo de trabalho e do crescimento das forças produtivas. Em sua relação com a natureza os homens produzem a si mesmos e a sociedade utilizando os recursos corporais que dispõem naturalmente, reproduzindo o material existente na natureza de modo a incorporá-los às suas necessidades.

O trabalho propicia não só a manutenção física do sujeito vivo, ele cria um complexo jogo de processos sociais que se desenrolam através do tempo, demarcando formas específicas de se viver de acordo com o grau de desenvolvimento produtivo alcançado por uma sociedade. Logo, o ato de criar os meios de subsistência através dos quais o homem se mantém vivo dá um caráter distinto à atividade do trabalho. Ao buscar os meios adequados para garantir a sua existência, o homem cria o seu próprio ser. O processo de trabalho é o processo de humanização do homem. Como até hoje não há registros de sociedades nas quais a existência dos indivíduos não tenha sido assegurada pela atividade do trabalho, ele continua sendo o resquício mais antigo da nossa humanidade e o mais atual.

Percebe-se que, na concepção de Marx (1983), o trabalho, apesar da sua aparência simplista e arcaica, mantém-se tão atual quanto às relações de produção capitalista por ele investigadas. A apreensão conceitual do trabalho não foi uma criação do autor, ela está presente desde os gregos até Hegel, passando por Smith e Ricardo de modo bastante exato, mas o trabalho adquire na sua investigação do modo de produção capitalista o caráter de categoria. Para ele, em toda ciência histórico-social as categorias econômicas estão dadas tanto na realidade efetiva como no cérebro e assim não significam meros conceitos ideais, mas expressão de formas determinadas de existência. Assim, o trabalho abstratamente pensado como categoria é uma abstração na consciência de um processo concreto realizado pelos homens que dá origem à história humana. Há que se considerar, porém, que o conjunto categorial que compõe o trabalho apresenta peculiaridades em cada momento histórico, fazendo com que a validade de sua apreensão seja apoiada nas condições e limites contextuais dos quais faz parte. Por isso, há que se considerar a particularidade de cada momento no tratamento de toda categoria em análise sem perda do seu caráter essencial.

O pressuposto que Marx (1983, p. 149-54) nos apresenta, portanto, verifica-se historicamente. Cada avanço na atividade do trabalho representou o avanço do homem enquanto gênero e do mundo social como um todo. É sobre esses avanços e suas consequências sociais que falaremos a seguir.

2.2. O processo de divisões do trabalho e os antecedentes históricos do sistema do capital

O processo de trabalho implica a aquisição de habilidades e conhecimentos que possibilitam ao homem aprimorar a sua atividade através do tempo, usufruindo de forma cada vez mais eficaz dos meios de produção. Registra-se com isso um aumento na produtividade do trabalho. Esse aumento estava relacionado em um primeiro momento à divisão sexual do trabalho nas comunidades primitivas, na qual não se fazia presente ainda a produção do excedente econômico. Paulatinamente, o processo de divisão do trabalho foi sendo aprofundado, culminando muito tempo depois na divisão entre cidade e campo e, finalmente, entre trabalho intelectual e trabalho manual. A “corporalidade” do homem, “braços e pernas, cabeça e mão”, deixa de formar uma unidade no processo de trabalho.

Engels (2010, p. 199-223), ao pesquisar “as condições econômicas gerais que na fase superior da barbárie⁶ minavam a organização gentílica⁷ da sociedade” fazendo-a desaparecer, “com a entrada em cena da civilização”, traz à tona esse processo de divisões do trabalho e nos releva como das suas entranhas surgem em graus diferenciados os aspectos que através de um longo percurso histórico

⁶ Ao falar em barbárie, assim como em selvageria e civilização, Engels (2010) utiliza-se da aproximação de Marx ao estudo sobre a evolução das sociedades humanas consagrado por Lewis Henry Morgan (1818 - 1881).

⁷ Baseado nos documentos que até então dispunha, Engels (2010, p. 199) afirma que a organização gentílica nasceu na fase média do estado selvagem, desenvolveu-se na sua fase superior e alcançou seu apogeu na fase inferior da barbárie. Ela consistia num regime no qual uma tribo se dividia em diversas gens – subgrupos do grupo principal –, permanecendo a gens mãe como fratria, ou seja, como principal por ter originado as demais. A união, em certos casos, de tribos que possuíam parentesco podia ocorrer por meio de uma Confederação.

evidenciam-se como parte do aparato social necessário para a manutenção do sistema do capital quando da sua consolidação com a formação social capitalista. Esses aspectos são: a família monogâmica, a propriedade privada e o Estado⁸.

Analisando as várias formas de organizações sociais até então conhecidas, o autor argumenta que o fundamento histórico para a gênese e o desenvolvimento da exploração do homem pelo homem – com a qual ele se confronta teórica e politicamente na sociedade capitalista industrial⁹ –, advém do desenvolvimento das forças produtivas ocasionado pela Revolução Neolítica¹⁰ (ENGELS, 2010, p. 9).

Se o trabalho é o que distingue o homem do ser meramente natural, cada forma particular sua, expressada historicamente através do desenvolvimento das forças produtivas, corresponderá a um modo de produção particular. Ao trabalho primitivo corresponde o comunismo primitivo e a sua organização gentílica discutida por Engels (2010, p. 199-223).

As relações de produção¹¹ nas quais estavam inseridas as forças produtivas no regime da gens apresentavam um desenvolvimento técnico do processo de trabalho bastante rudimentar, sem lugar para a especialização do trabalho ou o aprimoramento de suas tecnologias, já que, as relações sociais vigentes possuíam um caráter de cooperação e espontaneidade.

Tinha-se, dessa maneira, uma forma de organização social bastante distinta da edificada pela divisão da sociedade em classes antagônicas. Aos conflitos internos que surgiam eram oferecidas soluções tão simples e diretas quanto à forma de trabalho vigente. Não havia sido consagrada ainda a diferença entre direitos e

⁸ Veremos, quando formos tratar sobre a crise estrutural do capital, como tais aspectos compõem hoje o que Meszáros (2009a, p. 216-344) chama de limites absolutos do capital.

⁹ Na obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels (2010) faz uma análise da Inglaterra industrial do século XIX, denunciando de forma sagaz as condições insalubres, abjetas de (sobre)vida as quais a classe trabalhadora urbana era submetida.

¹⁰ O período Neolítico, ou a Idade da Pedra Polida, teve início há mais de 20 mil anos (BRAZ; NETTO, 2007, p. 37).

¹¹ O conjunto de relações de caráter técnico e de caráter social nas quais estão inseridas as forças produtivas (BRAZ; NETTO, 2007, p. 59).

deveres, por isso, para o indivíduo daquela época, “não existe o problema de saber se é um direito ou um dever tomar parte nos assuntos de interesse social, executar uma vingança de sangue ou aceitar uma compensação” (ENGELS, 2010, p. 200). Para ele, “tal problema” era “tão absurdo quanto a questão de saber se comer, dormir, e casar é um dever ou um direito” (ENGELS, 2010, p. 200). A vida humana ainda estava muito submetida aos imperativos da Natureza, não havia condições reais de vida que permitissem diferenciar até onde ia a naturalidade e até onde ia a sociabilidade do homem. Os conflitos exteriores, por sua vez, eram resolvidos por meio de guerras que poderiam resultar no aniquilamento de uma das tribos envolvidas, mas jamais na sua escravização. Não havia espaço para a dominação e a servidão no regime da gens. Agregar os derrotados significaria apenas mais indivíduos entre os quais teriam de serem divididos os poucos recursos disponíveis. Isso colocava em perigo a própria existência da gens.

A divisão do trabalho que se tinha naquela época, apenas entre o homem e a mulher, como já mencionamos, era espontânea, ou seja,

Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos (sic) de caça e pesca; a mulher é dona dos utensílios caseiros” (ENGELS, 2010, p. 200).

A economia doméstica possuía caráter comunista e abrangia diversas famílias. As casas, canoas e hortas eram de uso comum. Por isso, para Engels (2010, p. 200, grifo nosso), apenas naquele período se encontrava “a propriedade [como] fruto do trabalho pessoal”.

A primeira grande divisão do trabalho se deu pela domesticação e criação de gado pelas tribos pastoras. Essas tribos passaram a ter diversas vantagens em comparação com as demais, pois, a revolução promovida pela domesticação e criação de gado foi tão notável que esse animal “chegou a ser a mercadoria pela qual todas as demais eram avaliadas, mercadoria que era recebida com satisfação em troca de qualquer outra” (ENGELS, 2010, p. 202). Dessa forma, “o gado desempenhou as funções de dinheiro, e serviu como tal, já naquela época” (ENGELS, 2010, p. 202).

Na fase média da barbárie a horticultura apareceu entre os povos asiáticos como precursora da agricultura. Com isso, pouco a pouco, o grão, que antes servia apenas de alimento para o gado, passou a ser consumido como alimento humano. Mas, isso não modificou o fato da terra ser propriedade da tribo, da comunidade e por último do indivíduo. Nesse período se verificou, também, como avanços industriais o tear, a fundição de minerais e o trabalho com metais.

Essa primeira grande divisão do trabalho implicou mudanças no intercâmbio das tribos umas com as outras, diante disso, não tardou o surgimento da primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos. Como Engels (2010, p. 203) explica:

O desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Ao mesmo tempo aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra: os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão.

A dominação e a servidão não só passaram a ter espaço, mas se tornaram uma necessidade da reprodução social. A criação e a domesticação do gado deram início a uma diferenciação entre as tribos que evoluiu, acrescida de outros desenvolvimentos no ramo da produção, para uma relação de dominação de uma tribo para com a outra. A guerra deixou de ser uma forma de resolução de conflitos e tornou-se uma forma de conseguir os braços necessários para o trabalho diário na tribo dominante, já que, a produção que excedia o necessário para a manutenção dos homens e das mulheres, implicava também o aumento da “soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família isolada” (ENGELS, 2010, p. 203). As guerras e a escravização dos membros de uma tribo por outra se tornaram convenientes.

Essa mudança provocada pela primeira grande divisão social do trabalho ocorreu par a par com uma revolução na família. De acordo com a divisão sexual do trabalho que se tinha estabelecida, “O providenciar a alimentação fora sempre assunto do homem; e os instrumentos necessários para isso eram produzidos por ele e de sua propriedade ficavam sendo” (ENGELS, 2010, p. 203), Na nova organização social que se erigia “Os rebanhos constituíam nova fonte de alimentos e utilidades; sua domesticação e sua ulterior criação competiam ao homem” (ENGELS, 2010, p. 203). Como resultado disso, “o gado lhe pertencia, assim como as mercadorias e os escravos que obtinha em troca dele” (ENGELS, 2010, p. 203). Se antes o que era produzido pela divisão sexual do trabalho era propriedade comum da tribo ou gens, desse momento em diante, “Todo o excedente deixado [...] pela produção pertencia ao homem; a mulher tinha participação no consumo, porém não na propriedade” (ENGELS, 2010, p. 203). O que antes era propriedade da tribo ou gens passa a ser patrimônio de diferentes chefes de família. Nesse contexto, se

O “selvagem” – guerreiro e caçador – se tinha conformado em ocupar o segundo lugar na hierarquia doméstica e dar precedência à mulher; o pastor, mais “suave”, envaidecido com a riqueza, tomou o primeiro lugar, relegando a mulher para o segundo. E ela não podia reclamar. A divisão do trabalho na família havia sido a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher. Essa divisão do trabalho na família continuava sendo a mesma, mas agora transformava as relações domésticas pelo simples fato de ter mudado a divisão do trabalho fora da família. A mesma causa que havia assegurado a mulher sua anterior supremacia na casa – a exclusividade no trato dos problemas domésticos – assegurava agora a preponderância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem, este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição (ENGELS, 2010, p. 203-4).

Como aconteceu de ser o homem o responsável pelo trabalho através do qual se passou a produzir o excedente, constituindo-se como o seu proprietário, o papel desempenhado pela mulher mudou. O seu trabalho foi rebaixado dentro do processo de reprodução da vida material, mesmo não havendo uma “mudança”, já que, ela continuava a desempenhar a atividade que sempre lhe coubera dentro da divisão sexual do trabalho. A contribuição ativa para a produção do excedente tornou-se o parâmetro através do qual os diferentes trabalhos realizados pelo homem e pela mulher eram qualificados. A supremacia de uma atividade sobre a outra passou a estar diretamente ligada com a produção e apropriação do excedente, não mais ao livre interesse da coletividade. A propriedade privada, dessa forma, antes de colocar

o homem contra o homem, colocou o homem contra a mulher. Desde então, à mulher e ao trabalho doméstico por ela desempenhado foi imputado um caráter subalterno. O poder absoluto do homem “foi consolidado e eternizado pela queda do direito materno, pela introdução do direito paterno e a passagem gradual do matrimônio sindiásmico à monogamia” (ENGELS, 2010, p. 204), Na verdade, “a transição à propriedade privada completa foi-se realizando aos poucos, paralelamente à passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia” (ENGELS, 2010, p. 206). Com isso, “A família individual principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade” ameaçando o sistema da gens.

Com o ferro a humanidade se elevou à fase superior da barbárie. Nas palavras de Engels (2010, p. 204): “Ao pôr esse metal a seu serviço, o homem se fez dono da última e mais importante das matérias-primas que tiveram, na história, um papel revolucionário¹²”. Desse modo, a grande segunda divisão social do trabalho foi impulsionada pela descoberta e utilização desse metal e caracterizou-se pela separação do artesanato da agricultura. Isso porque o ferro tornou possível a agricultura em grande escala, e ao artesanato forneceu “um instrumento cuja dureza e cujo fio jamais pedra alguma ou qualquer outro metal conhecido haviam podido ter” (ENGELS, 2010, p. 205).

Novamente entrou em cena mais uma divisão da sociedade em classes, a partir da qual

A diferença de riqueza entre os diversos chefes de família destruiu as antigas comunidades domésticas comunistas, em toda parte onde estas ainda subsistiam; acabou-se o trabalho comum da terra por conta daquelas comunidades. A terra cultivada foi distribuída entre famílias particulares, em princípio por tempo limitado, depois para sempre; a transição à propriedade privada completa foi-se realizando aos poucos, paralelamente à passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia (ENGELS, 2010, p. 206).

Com isso tem-se uma nova dinâmica não só no que concerne à divisão do trabalho, mas aos preceitos basilares da vida em comunidade. Ao mesmo tempo em que se tem uma desarticulação da vida em comunidade, exige-se uma maior união devido à maior densidade populacional. Expressam-se novas necessidades como a

¹² Neste trecho Engels (2010 p. 104-5) segue sua afirmação e acrescenta: “a última se excetuamos a batata”.

confederação das tribos consanguíneas até a sua fusão por completo, a elevação do chefe militar do povo a um funcionário permanente e indispensável e a criação da chamada assembleia do povo onde essa não existia. Nesse contexto,

O chefe militar, o conselho e a assembleia do povo constituíam os órgãos da democracia militar egressa da sociedade gentílica. E essa democracia era militar porque a guerra e a organização para a guerra eram, agora, funções regulares na vida do povo (ENGELS, 2010, p. 206),

Pois, “As riquezas dos vizinhos excitavam a ambição dos povos, que já começavam a encarar a aquisição de riquezas como uma das finalidades precípua da vida” (ENGELS, 2010, p. 206). A unidade entre os povos daí em diante não teria como meta o sobrevivência da coletividade, mas, a guerra para conquista de riquezas. A confederação das tribos, assim, pautava-se numa política beligerante, diferentemente de quando a guerra apresentava-se como resposta a alguma agressão ou a necessidade de ampliação do território. A regularidade dessa política enunciava como a diferença de riqueza concentrada nas mãos de determinados chefes de famílias “destruiu as antigas comunidades domésticas comunistas” (ENGELS, 2010, p. 206). A concentração da riqueza e o processo de troca sobrepuseram-se aos antigos princípios balizadores da vida em comunidade. Tornaram-se comuns atos como o saque e a usurpação para manter o poder e a dominação; a opressão dos vizinhos virou lei. Por isso, “Não era por acaso que se erigiam formidáveis muralhas em torno das novas cidades fortificadas; seus fossos eram o túmulo da gens e suas torres alcançavam já a civilização” (ENGELS, 2010, p. 207). Com o tempo,

As guerras de rapina aumentavam o poder do supremo chefe militar e também dos chefes inferiores; a eleição habitual dos seus sucessores nas mesmas famílias, sobretudo a partir da introdução do direito paterno, passou gradualmente a ser sucessão hereditária tolerada em princípio, em seguida exigida, e finalmente usurpada; com isso foram assentados os alicerces da monarquia e da nobreza hereditária (ENGELS, 2010, p. 207).

O regime da gens transformara-se no seu avesso e logo deixaria de existir. Se antes ele dava segurança aos indivíduos que o compunham, agora ele era um entrave ao mundo regido pelo imperativo da propriedade privada.

A civilização consolidou e aumentou todas as divisões do trabalho, ressaltando o contraste entre campo e cidade, o que acrescenta uma terceira divisão do trabalho que cria uma classe que não se ocupa da produção e sim da troca: o comerciante que, sem tomar parte na produção, avassala economicamente os produtores. Segundo Engels (2010, p. 209) a classe dos comerciantes

concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a estas, ocupando, por isso mesmo, no decurso desse período de civilização, posição de mais e mais destaque, logrando um domínio sempre maior sobre a produção, até gerar um produto próprio: as crises comerciais periódicas.

De outra forma não poderia ser, já que, esta classe nasce apartada da produção estabelecendo com essa apenas uma relação de superioridade econômica sobre os produtores. O fato é que o comerciante possuiu o dinheiro antes de todos, “Em suas mãos o culto” desse “estava garantido. O comerciante tratou de deixar claro que todas as mercadorias, e com elas os seus produtores, deveriam prostrar-se ante o dinheiro” (ENGELS, 2010, p. 209).

As primeiras manifestações das crises periódicas aparecem, assim, ligadas ao processo de divisão do trabalho e da sua conseqüente divisão de classes que rompe pouco a pouco com o antigo esquema de planejamento coletivo da produção da riqueza material necessária a manutenção da vida. A concentração de riqueza tende a sobrepor-se a comunidade e aos indivíduos, as crises periódicas foram o seu resultado¹³.

Os momentos de crises periódicas tiveram sua origem no processo de perda do controle coletivo do processo de produção da vida material, seja pela parcela de indivíduos que possuem uma ligação orgânica com a esfera produtiva, os produtores, ou pelos não-produtores, tais como os comerciantes. Esse processo foi

¹³ Para Braz e Netto (2007, p. 157), “As características dessas crises pré-capitalistas reside no fato de elas resultarem da destruição dos produtores diretos ou dos meios de produção, ocasionada por desastres naturais (por exemplo, grandes epidemias – como a *peste negra* – dizimando os produtores) ou por catástrofes sociais (por exemplo, guerras destruindo meios de produção e forças produtivas). A imediata conseqüência dessas crises é uma carência generalizada dos bens necessários à vida social; mais exatamente, tais crises indicam uma insuficiência na produção de valores de uso e, por isso, podem ser designadas como *crises de subprodução de valores de uso*”.

evidenciado historicamente através das diversas fases do processo de divisão do trabalho que se fizeram acompanhar da divisão da sociedade em classes antagônicas.

Para arrematar o processo de consolidação da supremacia da propriedade privada ante os antigos princípios comunais da gens, “Ao lado da riqueza em mercadorias e escravos, ao lado da riqueza em dinheiro, apareceu a riqueza em terras” (ENGELS, 2010, p. 209). Com o decorrer do tempo, “A posse de parcelas do solo, concedida primitivamente pela gens ou pela tribo aos indivíduos, fortalecera-se a tal ponto que a terra já podia ser transmitida por herança” (ENGELS, 2010, p. 210). Contudo, as comunidades gentílicas ainda tinham direitos sobre essas parcelas. Dentro da nova dinâmica social que paulatinamente se sobrepôs a essas comunidades, era de interesse dos chefes de famílias se verem definitivamente livres de qualquer interferência coletiva sobre a posse e o uso dessas parcelas do solo. A terra passava a ser mais uma mercadoria, e como tal, podia ser vendida ou penhorada.

Portanto, cada passo avante no processo de divisão do trabalho significou a destruição do regime da gens e a ascensão de uma sociedade dividida em classes. Com isso,

A nova aristocracia da riqueza acabou por isolar a antiga nobreza tribal, em todos os lugares onde não coincidiu com ela (em Atenas, em Roma e entre os germanos). E essa divisão de homens livres em classes, de acordo com seus bens foi seguida, sobretudo na Grécia, de um extraordinário aumento no número dos escravos, cujo trabalho forçado constituía a base de todo o edifício (ENGELS, 2010, p. 210-11).

A escravidão inaugurou, assim, o longo percurso histórico da divisão das sociedades em classes. Essa divisão se dá pela base econômica. É a partir da posição que cada grupo de indivíduos vai ocupando em relação à produção e à apropriação da riqueza que se gesta um sistema de controle social radicalmente oposto aos preceitos que antes balizavam a vida coletiva.

No contexto de processos que configuram uma totalidade composta de múltiplas determinações, a divisão dos indivíduos em classes deu origem a

antagonismos irreconciliáveis que tendem a expressarem-se de forma extremada. Segundo Engels (2010, p. 212),

Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob um domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentilício já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado.

Por conseguinte, o Estado, assim como a família monogâmica e a propriedade privada, é um produto da sociedade nascida do processo contínuo de divisão do trabalho. Ele tem por função impedir que as classes sociais advindas da divisão social do trabalho com interesses econômicos distintos devorem uma à outra e acabem por consumir a sociedade numa luta estéril. Ele não extingue o conflito entre os interesses econômicos das classes sociais, ele amortece esse confronto deixando-o dentro dos limites compatíveis com a ordem. Dessa forma,

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravo para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 2010, p. 215-6).

O Estado nasce como um Estado de classe, e mais que isso, como o Estado da classe dominante. Ele legitima o processo de exploração de uma classe sobre a outra a partir da base material e acresce a isso a dominação política. Estado e classes sociais andam historicamente lado a lado, é dessa forma desde o apogeu da civilização com o Estado antigo até nossos dias com o Estado moderno. Entretanto, ele nem sempre existiu, foi “Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada a divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade” (ENGELS, 2010, p. 218).

Para Engels (2010, p. 218), da mesma forma que em determinado momento da história da humanidade essa necessidade se impôs, também pode chegar o momento em que não será mais necessária, ou pelo menos irá se consubstanciar mais como um entrave à produção, como já demonstrava ser em sua época, do que uma forma de aumentar a produtividade. Assim, quando historicamente os produtores deixaram de ser os senhores daquilo que produziam instaurou-se uma nova forma de organização social marcada por um antagonismo irreconciliável entre as classes que a constituem, do mundo antigo até hoje.

A crescente divisão do trabalho, o processo de troca por ela desencadeado entre os indivíduos e, por fim, o estabelecimento da produção mercantil significou uma revolução na forma como a vida humana era até então organizada em sociedade. Na produção coletiva da vida material o produtor era senhor de todo o processo de produção, assim como do seu produto. A produção e a distribuição da riqueza social eram feitas de acordo com as necessidades da comunidade. Enquanto a produção “se realizou sobre essa base, não pôde sobrepor-se aos produtores, nem fazer surgir diante deles o espectro de poderes alienados como sucede” (ENGELS, 2010, p 219) nas sociedades de classe.

A divisão do trabalho trouxe no seu lastro a família monogâmica, a propriedade privada e o Estado. A análise desse processo revela que o capital não aparece de forma repentina na sociedade capitalista. Os aspectos que constituem a sua forma plenamente desenvolvida aparecem, em graus diferenciados, na história muito antes do capitalismo e são, antes de tudo, manifestações das relações efetivadas pelos indivíduos sociais sob condições históricas determinadas.

Há uma distinção histórica entre capital e capitalismo. O capital é anterior ao capitalismo¹⁴. O processo histórico analisado por Engels (2010, p. 199-223) ilustra como podemos encontrar a existência de formas primitivas e transitórias do capital desde a Antiguidade. O capital comercial é um exemplo disso. Um longo e

¹⁴ E, como Mézáros (2009a, p. 787-860) demonstra no Capítulo 18 do seu Para além do Capital..., posterior às sociedades de tipo capitalista. Nas chamadas sociedades pós-capitalistas, como a Rússia, o capital não teria sido eliminado, mesmo após a alteração de processos constitutivos da estrutura imanente do capitalismo.

complicado processo histórico de transformação dessas formas incipientes do capital possibilitou a sua manifestação como o sistema global dominante que conhecemos. Mais que uma simples relação, o capital é um processo no qual sempre repõe a si mesmo. Em cada época econômica o capital apresenta diversos momentos de forma variada, mas sem nunca deixar de ser capital.

Portanto, o capital existe muito antes de sua forma capitalista. Até mesmo a mercantilização da força de trabalho, aspecto essencial da sua forma plenamente desenvolvida, a capitalista, aparece de modo irregular há milênios na história humana. Como Engels (2010, p. p. 199-223) ressalta, assim que descobriu a troca, os homens passaram a trocar a si mesmos, desencadeando com isso a possibilidade histórica da mercantilização do ser humano.

A distinção entre capital e capitalismo não nega a natureza do capital. Em todas as suas fases a natureza do capital se mantém. No entanto, isso não quer dizer que o capital não possua um caráter histórico. O capital, assim como os sistemas de controle social que o precederam, está submetido às restrições e limites históricos, inclusive à delimitação histórica da sua possibilidade de existência. A afirmação da constante reposição do sistema do capital não significa a sua invariabilidade, mas refere-se às suas determinações essenciais, não ao modo e às formas de existência que foram historicamente verificadas.

O fenômeno do capital surge das relações de produção efetivadas dentre os homens. A natureza do processo de divisões do trabalho analisado por Engels (2010, 199-223) é a própria atividade do trabalho. O fato de a atividade do trabalho provocar a transformação da Natureza e do próprio homem engendra um complexo e longo processo de desenvolvimento humano, no qual cada passo adiante na libertação do ser humano dos imperativos naturais significou seu aprisionamento aos ditames da apropriação privada da riqueza.

Diante do exposto, importa ressaltar que, num mundo no qual os homens não exercem o controle coletivo e consciente sobre a produção e a apropriação da riqueza, as crises periódicas emergem como parte constitutiva da natureza do capital. As crises, assim, antes de ser um fenômeno inerente à estrutura imamente

do capitalismo, é um fenômeno inerente à estrutura do capital. Todas as épocas econômicas que conheceram o capital conheceram crises de alguma espécie. Na sociedade capitalista a crise estrutural é expressão da incontrolabilidade e da inviabilidade histórica do sistema do capital, como discutiremos nos próximos capítulos.

3. A ESTRUTURA IMANENTE DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL EM DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, discutiremos a questão da dinâmica das crises periódicas a partir do modo de produção capitalista, evidenciando o caráter de superprodução e a manifestação cíclica das crises capitalistas. No que se refere ao tratamento da crise estrutural do capital, discutiremos porque ela não é mais uma crise cíclica do modo de produção capitalista e, sim, um fenômeno novo que só pode encontrar resolutividade para além do sistema do capital.

Para começarmos, veremos como no modo de produção capitalista o processo de trabalho se desenvolve enquanto base material para o processo de formação de valor e valorização do capital. Nesse sentido, o valor de uso é submetido ao valor de troca, transformando a força de trabalho definitivamente em uma mercadoria que tem por função a valorização do capital para a geração de mais-valia. Veremos, também, como a partir da finalidade da produção capitalista, qual seja, a produção de mais-valia, se erigem as bases materiais para a manifestação das crises capitalistas de superprodução.

Em seguida, faremos uma aproximação ao problema da crise estrutural do capital. Estudaremos como os eventos que marcaram o ano de 2008 reacenderam o debate acerca da efetividade de uma crise de caráter estrutural na sociedade capitalista. Analisaremos as suas determinações sociais e históricas, evidenciando o porquê da sua não resolutividade sob a dominância histórica do sistema do capital, diferentemente das crises cíclicas que, apesar das suas severas consequências, são assimiláveis à base de reprodução desse sistema de controle social.

3.1. Desenvolvimento capitalista e crises de superprodução

Foi sob o capitalismo burguês que o capital pôde erguer-se como um sistema social global de dominação, todavia, como vimos, esse sistema de “controle social” remonta ao momento da história humana em que tem origem a produção do excedente econômico.

Por muito tempo o homem estabeleceu uma relação de *propriedade* com as condições objetivas do seu trabalho. Ele possuía total domínio sobre as forças produtivas e o produto da sua atividade. O homem e o seu trabalho, a Natureza e as suas matérias constituem uma unidade plena de sentidos. Essa unidade balizou por milhares de anos a produção da riqueza social, no entanto, sua estrutura foi intensamente alterada ao longo do desenvolvimento histórico que instituiu o sistema do capital.

A ascensão e a expansão do comércio, do dinheiro, da usura, da propriedade territorial e da hipoteca, entre outras questões, marcaram um momento de clivagem na forma como as comunidades humanas organizavam a produção e a reprodução da vida social. De tal clivagem, emergiram elementos constitutivos do sistema do capital, como o capital monetário e o mercantil, da mesma forma que a originária e esporádica produção de mercadorias, mantendo-se subordinados por milhares de anos nos modos de produção precedentes ao sistema do capital em sua forma plena. Nos modos de produção escravista e feudal, então, elementos como esses já podiam ser verificados, mesmo que incipientemente.

O processo milenar de passagem da produção para consumo pessoal para a produção para a troca fez com que os produtores perdessem o domínio sobre o destino final do produto do seu trabalho. Tão pouco os comerciantes possuíam um real controle do processo produtivo como um todo. Na verdade:

Os comerciantes são muitos e nenhum deles sabe o que o outro está fazendo. As mercadorias agora não passam apenas de mão em mão, mas também de mercado a mercado; os produtores já deixaram de serem os senhores da produção total das condições de sua própria vida, e tampouco os comerciantes chegaram a sê-lo. Os produtores e a produção estão entregues ao acaso. (ENGELS, 2010, p. 219)

O verdadeiro significado dessa separação, então, é o fato de o processo de produção e realização da riqueza social passar a escapar ao controle consciente do homem. Quando os produtores exercem o “controle” sobre determinada fase do processo produtivo e os comerciantes sobre outra, cada qual com objetivos genuinamente diferentes, ninguém exerce efetivamente o controle social sobre a produção e a realização da riqueza. Por isso, que,

Até hoje, o produto ainda domina o produtor; até hoje, toda a produção social ainda é regulada, não segundo um plano elaborado coletivamente, mas por leis cegas que atuam com a força dos elementos, em última instância nas tempestades dos períodos de crise (ENGELS, 2010, p. 220).

Quanto mais se acentua historicamente o fosso entre as classes sociais, mais a produção social deixa de ser coletivamente elaborada. Ao perder a capacidade de visualizar o processo de produção da vida material como um todo, nem os produtores, ou qualquer outro agente social consegue se colocar como sujeito consciente do processo de trabalho. Não é o homem, mas as leis imanentes ao acaso ou as crises que passam a determinar os rumos da produção social.

A história humana segue, dessa maneira, numa constante contradição. Cada progresso na esfera da produção ao invés de guiar os esforços dos homens num sentido comum de bem-estar coletivo, aparta-os mais e mais. O processo de especialização do trabalho e o avanço de suas tecnologias configuram um grau a mais de rendição daqueles que criam a vida material. Quanto mais uma classe emancipa-se, mais a outra se encontra oprimida. Se antes não havia uma distinção clara entre os direitos e os deveres dentro da gens, as sociedades de classe tornaram visível essa situação: aos exploradores, todos os direitos; aos explorados todos os deveres.

Quando a força de trabalho do homem foi capaz de produzir mais que o necessário para a manutenção da vida em comunidade teve lugar o processo de escravização de um homem por outro homem. Nesse sentido, “Mal os homens tinham descoberto a troca e começaram logo a ser trocados, eles próprios” (ENGELS, 2010, p. 220).

A escravidão de forma franca como se tinha no início da civilização teve um fim, contudo, o seu ranço continua impregnado nas relações que os homens estabelecem uns com os outros até hoje, de forma mais ou menos disfarçada, mas nem por isso menos cruel. A total reificação do homem sob o capitalismo demonstra isso.

Como Marx (1983, p. 149-54) demonstra, a natureza geral da produção de valores de uso ou bens é uma, portanto, ela “não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle”. O valor de uso continua sendo valor de uso. O resultado do trabalho humano, seja no período de predominância da gens ou na sociedade capitalista moderna, é sempre um valor particular, um bem útil, um artigo determinado previamente pensando para atender a uma finalidade específica. Por isso, de acordo com Marx (1983, p. 149), “Para representar seu trabalho em mercadorias” para o capitalista, o trabalhador “tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie”.

Na relação de compra e venda efetuada no mercado entre o capitalista e o trabalhador, a força de trabalho desse último, é transformada de vez em mercadoria. Da mesma forma que o indivíduo que aspira firma-se como capitalista vai ao mercado e compra os meios de produção para o seu negócio, ele também compra a força de trabalho. Ele consome a mercadoria força de trabalho fazendo o seu portador, o trabalhador, consumir os meios de produção e, assim como os meios de produção têm de serem adequados ao ramo de negócio no qual o capitalista deseja aventurar-se, o trabalho também deve adequar-se.

Para o capitalista, “o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção” (MARX, 1983, p. 154). Em última instância, “O processo de trabalho é um processo entre coisas que [ele] comprou, entre coisas que lhe pertencem”, por isso, “O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega” (MARX, 1983, p. 154, grifo nosso). Não há nenhuma distinção entre o homem e os meios de produção, porque o próprio homem entra no processo produtivo como uma coisa.

No capitalismo, “Produz-se [...] valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca”, já que, o capitalista persegue dois objetivos: 1) “produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria”; 2) “produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu dinheiro no mercado” (MARX, 1983, p. 155). O capitalista quer, então, “produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (MARX, 1983, p. 155). É o consumo da força de trabalho sob o comando do capitalista que gera a mais-valia.

O capitalista não deseja apenas “que o valor do produto que resulta” do processo de trabalho seja “igual à soma dos valores das mercadorias lançadas nele” (MARX, 1983, 158). De forma alguma. Ele quer mais-valia e, para que a obtenha, é indispensável o papel da mercadoria força de trabalho.

A força de trabalho, como vimos, é a capacidade do homem de operar os meios de produção, o seu valor de uso, então, é a capacidade de criar valores de uso através do processo de trabalho. Porém, para que o homem possa realizar o seu valor de uso, ele tem que, antes de tudo, manter-se vivo e prover a reprodução biológica da sua descendência. No período da Revolução Industrial, isso significava garantir a disponibilidade mercadológica da força de trabalho para que a produção capitalista tivesse continuidade. Assim, o valor de troca e o valor de uso da mercadoria força de trabalho constituem grandezas inteiramente diferentes. O primeiro corresponde ao trabalho passado nela contido e aos custos diários para a sua manutenção, o segundo corresponde ao que ela é, ou seja, trabalho vivo, e ao dispêndio diário desse. Dessa maneira, “O fato de que meia jornada [de trabalho] seja necessária para” manter o trabalhador “vivo durante 24 horas não” o “impede [...], de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira” (MARX, 1983, 159, grifo nosso), apenas para a formação de valor.

Isso ocorre porque o seu “valor de uso específico” é “fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem” (MARX, 1983, p, 160), ou seja, a força de trabalho é

capaz de gerar riqueza social, de fazer retornar ao bolso do capitalista o que ele investiu na compra dos meios de produção, incluído ai ela própria, e um quantum a mais do que ele investiu. Quando o capitalista compra a força de trabalho “Esse é o serviço específico que [...] dela espera” (MARX, 1983, p, 160). Assim, “o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena o seu valor de uso” (MARX, 1983, p, 160). A capacidade do homem de operar os meios de produção fica submetida à vontade do capitalista, ele não controla mais as condições de trabalho nem a finalidade do produto que cria. E de outra forma não poderia ser, “Ele não pode obter um sem se desfazer-se do outro” (MARX, 1983, p, 160). Para obter o necessário a manutenção do seu custo diário de vida ele tem de abrir mão do controle consciente do seu próprio trabalho.

Ao fazer valer o seu valor de troca, “O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho”, passa a “pertence[r] tão pouco ao seu vendedor quanto o valor do uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu” (MARX, 1983, p, 160, grifo nosso). O que importa para o capitalista é que ele “pagou um dia da força de trabalho: pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada” (MARX, 1983, p, 160). Se a

manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante o dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (MARX, 1983, p. 160).

Injustiça para o capitalista seria não poder obter a sua tão sonhada mais-valia. Se o trabalhador tiver que despende o seu valor de uso, duas, três jornadas a mais do que o necessário para fazer valer o seu valor de troca, assim será. O produto do trabalho só existe para o capitalista enquanto mercadoria e “a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor”, logo, “seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor” (MARX, 1983, p. 155).

O processo simples de trabalho, como sabemos, é atividade orientada a um fim, criadora de valores de uso para a satisfação de necessidades de alguma espécie; seu “movimento é considerado [...] qualitativamente, em seu modo e

maneira particular, segundo seu objetivo e conteúdo” (MARX, 1983, p. 161). Entretanto, esse mesmo processo “apresenta-se no processo de formação de valor somente em seu aspecto quantitativo”, já que, para a produção capitalista “Trata-se [...] apenas do tempo que o trabalho precisa para a sua operação ou da duração na qual a força de trabalho é despendida de forma útil” (Marx, 1983, p. 161). Isso “Também” vale para “as mercadorias que entram no processo de trabalho” (Marx, 1983, p. 161). Elas perderam o seu caráter de “fatores materiais determinados funcionalmente, da força de trabalho atuando orientadamente para um fim”; contam “Apenas [...] com determinadas quantidades de trabalho objetivado” (Marx, 1983, p. 161). Em outras palavras, “O trabalho, seja contido nos meios de produção, seja acrescido a eles pela força de trabalho, somente conta por sua duração. Representa tantas horas dias” (Marx, 1983, p. 161).

O processo de formação de valor, dessa maneira, diz respeito ao “quantum de trabalho materializado em” um “valor de uso”, ao “tempo de trabalho socialmente necessário” (MARX, 1983, p. 155) para a produção de uma mercadoria. O que o difere do processo de trabalho, então, é o fato de se prolongar até certo ponto da produção que seja capaz de criar não só um produto para satisfazer determinada necessidade humanossocial, mas um novo equivalente em riqueza social capaz de substituir o que foi empregado na produção pelo capitalista.

Até esse ponto ainda não há a geração da mais-valia almejada pelo capitalista. Para isso, o processo de produção de mercadorias precisa apresentar, além do processo de trabalho e do processo de formação de valor, o processo de valorização, que, “nada mais é que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto” (MARX, 1983, p. 161). O processo de formação de valor “dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente” (MARX, 1983, p. 161), ao ultrapassar-se esse ponto se tem o processo de valorização, porque não só foi produzido um produto, como também não foi só produzido um equivalente com o qual o capitalista pode substituir o que investiu no início do processo de produção, mas um quantum novo de riqueza social a partir do dispêndio não pago da força de trabalho, a mercadoria que valoriza outras mercadorias.

Observa-se assim que: “Como unidade do processo de trabalho e processo de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias”; já “como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 1983, p. 162). Por isso,

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo (MARX, 1983, p. 161).

O homem cria o capital, e o capital o domina. A força de trabalho que, outrora se manifestava como externalização da capacidade criativa e transformadora do ser humano, libertando-o do estado de pura animalidade, torna-se o seu inverso quando enquadrada pelos ditames estruturais da forma de ser da produção capitalista. Ainda que a sua função tenha sido mantida, o processo de criação da vida material perdeu de vez a sua completude porque o próprio homem deixou de ser efetivamente completo. A criação do mundo material continua sendo determinada pela conjunção entre o objeto e os meios de trabalho mediante a ação da força de trabalho, contudo, nem o objeto, nem os meios e nem a própria força de trabalho pertencem mais a quem trabalha. A estrutura produtiva capitalista põe termo ao processo de perda do controle coletivo e consciente da produção desencadeado com a ascensão das sociedades de classe.

A coisa morta deixa de ser resultado da atividade orientada do homem e ergue-se sobre ele como um monstro que após ganhar vida se volta contra o seu criador – o capital é o “Frankenstein” que atormenta a humanidade¹⁵. O desenvolvimento das forças produtivas põe em movimento a história humana, porém, elas não operam no vácuo, elas operam no marco de determinadas relações produtivas. Nesse sentido, são as relações de produção empreendidas nas sociedades de classe que abrem caminho para que seja possível que o dinheiro, uma coisa inanimada, fosse transmutado num meio de poder, capaz de dominar totalmente a vida humana no seio da sociedade capitalista burguesa.

¹⁵ Francis Wheen, O Capital de Marx: uma bibliografia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

A intenção do capitalista ao interferir no processo produtivo não é extrair dele coisas para o seu próprio uso. Ele reuniu no mesmo espaço os meios de produção e a força de trabalho, para que esta desperte aqueles dentre os mortos para a produção de mercadorias para a venda. Ele comprou uma mercadoria que produz não só outras mercadorias, mas, produz valor que se valoriza e retorna ao processo produtivo como capital, o quantum de riqueza novo criado pela força de trabalho, que quando retorna ao processo produtivo multiplica-se e perpetua-se como a relação social de dominação que determina a forma de ser da extração da mais-valia. Ao perseguir a extração da mais-valia como a finalidade do processo produtivo, o capitalista abre caminho para o que Marx (1983, p. 159) chama de “epidemia da superprodução”.

Se pensarmos na forma como as classes sociais se organizam sob o capitalismo através do processo produtivo, podemos dizer que nessa sociedade todo indivíduo é elevado à categoria de proprietário de mercadorias. A maior parte dos indivíduos possui como mercadoria a sua força de trabalho, condição indispensável para manutenção da vida. Há, porém, aqueles que possuem a mercadoria dinheiro, a mercadoria das mercadorias.

As relações de troca efetuadas entre os indivíduos possuidores de mercadoria podem acontecer de duas formas. Numa delas, a mais comum, realiza-se um processo de venda para compra. Como a especificidade da produção capitalista requer um alto nível de especialização do trabalho, cada vez menos indivíduos produzem tudo o que é necessário para se viver. Com isso, vende-se a mercadoria força de trabalho para comprar as demais mercadorias necessárias à vida. Na outra delas, realiza-se um processo de compra para a venda através do qual a produção capitalista é posta em funcionamento. O capitalista compra a mercadoria força de trabalho para que essa produza mercadorias para a venda.

Tendo isso em vista, o processo produtivo se desenrola da seguinte maneira: o dinheiro compra as mercadorias necessárias para poder produzir, quais sejam os meios de trabalho e a força de trabalho; a força de trabalho opera os meios de trabalho fazendo a produção acontecer; se desencadeia a partir daí a produção,

criando mercadorias de maior valor que resultam em mais dinheiro para retomar o processo e acumular capital. Essa é a lógica do processo de produção capitalista, pois, como já vimos, a produção é um meio para que se acumule capital sob forma monetária. O resultado esperado é poder retirar da circulação o dinheiro que nela foi investido e algo a mais. Portanto, quando se fala em crise no capitalismo, significa que algo impediu a satisfatória efetivação do processo de acumulação.

Assim como as demais crises identificadas por Engels (2010, p. 199-223), as crises capitalistas, inicialmente, possuem o que podemos chamar de duplo caráter: por um lado elas são a expressão de um problema, ao indicarem que algo está impedindo o processo produtivo de se efetivar de forma plena, mas, por outro, elas atuam como uma espécie de “solução”, ao fazerem cair certos ramos da produção restabelecendo a “racionalidade” temporária do processo produtivo.

As crises, assim, são inerentes e necessárias à reprodução do modo de produção capitalista e de outra forma não poderia ser, já que, esta forma de organização da produção engendra-se sob o comando do sistema do capital. Como Mézáros (2009a, p. 795, grifo do autor) salienta:

não há nada especial em associar-se capital e crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação.

Até se manifestar historicamente a crise estrutural do capital, podemos assumir que esta era a função das crises no sistema do capital.

As crises capitalistas são crises de superprodução porque a finalidade do processo produtivo capitalista é a produção de mais-valia. Nesse sentido, há um contínuo processo de transformação da produção no sentido de aumentar a produtividade do trabalho através de quaisquer meios possíveis.

A burguesia em seu trajeto histórico erodiu todos os preceitos bailadores da produção da vida material. Como Marx (2008, p. 14) afirma: “Tudo o que era sólido

desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”.

A produção capitalista não se destina a manutenção de necessidades localizadas. Por sua própria natureza, ela é impelida sempre a buscar novos mercados para os quais possa importar e exportar seus produtos. O processo de acumulação e expansão capitalista anexa o mundo num grande mercado para a realização da mais-valia.

A burguesia retirou a base nacional da indústria e, “No lugar da tradicional autosuficiência (sic) e do isolamento das nações”, fez “surgir uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países” (MARX, 2008, p. 15). Diante da avalanche de mercadorias produzidas a baixo custo e ofertadas no mercado, os países nos quais a burguesia se instalava não encontravam outra saída a não ser aderir à forma capitalista de produção ou não sucumbir de vez. Não era possível competir com o monstruoso potencial produtivo capitalista.

A burguesia tratou de suprimir “a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população” (MARX, 2008, p. 16). Todos os elementos necessários ao desenvolvimento da produção capitalista se encontravam ao seu dispor. Com isso, em menos de um século de dominação, “A burguesia desenvolveu forças produtivas mais maciças e colossais que todas” (MARX, 2008, p. 16) as épocas econômicas que a precederam. Dominou as

forças da natureza, maquinaria, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafo elétrico, desbravamento de regiões inteiras, adaptação dos leitos dos rios para navegação, fixação de populações vindas de não se sabe bem de onde (MARX, 2008, p. 16-7)

As relações de produção capitalista desataram todos os nós que prendiam o desenvolvimento das forças produtiva contida no trabalho social. Cada avanço no aumento da produtividade do trabalho trouxe no seu lastro outro de proporções ainda maior. Foi assim que a produção capitalista migrou da Europa Ocidental para todo o globo.

A revolução burguesa criou um mundo adequado para a acumulação e expansão do sistema do capital em escala sempre ampliada. Contudo, da mesma forma avassaladora com a qual libertou os servos do campo, pondo sua força de trabalho a serviço da produção capitalista, também se verificou a tendência ao descarte cada vez maior de massas trabalhadoras do processo produtivo, exatamente pelo constante aperfeiçoamento das forças produtivas. Como consequência disso, se alija o poder de solvência da classe trabalhadora e se lança as bases para o fenômeno contemporâneo do desemprego crônico.

Os fundamentos do fenômeno das crises capitalistas de superprodução se encontram, portanto, no enorme desenvolvimento das forças produtivas para a produção de mais-valia. Com o passar do tempo, “As relações burguesas se tornaram estreitas demais para conter toda a riqueza por elas produzidas” (MARX, 2008, p. 19). Para conseguir superar as crises, a burguesia efetivava “Por um lado [...] a destruição forçada de grande quantidade de forças produtivas” e, “por outro, por meio da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa de mercados antigos” (MARX, 2008, p. 19). O resultado disso é a “preparação de crises mais gerais e mais violentas e da limitação dos meios que contribuem para evitá-las” (MARX, 2008, p. 19).

Portanto, a base material sobre a qual se desenvolve a crise estrutural do capital é a produção capitalista, trazendo, pela primeira vez, a ameaça ao livre desenvolvimento humano sob a forma da abundância. Visto isso, seguiremos para a discussão da crise estrutural do capital.

3.2. Não é só uma crise capitalista: a questão da crise estrutural do capital

Em 2008, as manchetes dos semanários internacionais chamaram a atenção para a crise financeira que se alastrava por entre os principais centros capitalistas¹⁶.

¹⁶ O jornal britânico *The Guardian* (2008) trouxe um artigo de Nick Mathiason intitulado “*Three weeks that changed the world*”. Pode se dizer que nesse artigo encontra-se sintetizada a concepção formal geral propaga acerca da conjuntura histórica e econômica trazida pelos eventos de 2008.

Segundo o noticiado, a economia neoliberal sofria um ataque de proporções épicas e a comunidade financeira como um todo não testemunhava uma situação como aquela desde a crise de 1929-33. Entre março, setembro e outubro de 2008, teriam sido registrados os episódios mais notórios da desventura financeira capitalista; grandes bancos declararam bancarrota, outros a viam como uma situação iminente¹⁷.

A palavra de ordem era impedir o contágio de uma economia pela outra. Os principais países capitalistas elaboraram um plano de ação. O G7¹⁸, composto pelos ministros das finanças desses países, juntamente com seus bancos centrais e o Fundo Monetário Internacional (FMI), se comprometeram a apoiar os bancos, até com os fundos públicos¹⁹. Todas as armas políticas a disposição deveriam ser utilizadas contra a crise e a favor do sistema financeiro capitalista no intuito de fazer o mercado voltar a fluir.

O processo de resgate e “reavivamento” do sistema financeiro foram colocados como a pauta da vez. Uma dura e longa batalha deveria ser travada para impedir o mundo de entrar em uma nova Grande Depressão. A peça chave nessa empreitada deveria ser a *boa vontade* entre os representantes dos países mais ricos do mundo no intuito de reaver a *confiança* no sistema, propiciando a manutenção do *status quo*.

¹⁷ Foi emblemático desse processo o pedido de concordata, em 12 de setembro de 2008, do Banco *Lehman Brothers*, o quarto maior banco de investimento dos Estados Unidos, especializado em operações e investimentos de grande porte, seguido no mesmo dia pelo anúncio da venda do *Merrill Lynch* para o *Bank of America*.

¹⁸ Formavam o G7: os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Itália, o Japão, a Alemanha e o Canadá.

¹⁹ A prática de socorrer com dinheiro público as instituições financeiras mais afetadas por colapsos bancários não é uma novidade trazida pela conjuntura de 2008. Segundo Evilasio Salvador (2010, p. 606), “A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos”. Com a neoliberalização da economia capitalista a disputa pelo fundo público passou a ocupar lugar estratégico para o desenvolvimento do setor financeiro por “envolve[r] toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc.(SALVADOR, 2010, p. 607, grifo nosso).

Algumas análises²⁰, à época, afirmavam que a duração, a profundidade e as consequências daquela situação não poderiam ser exatamente medidas. O que se esperava para os meses posteriores a outubro de 2008 eram tempos de forte turbulência no cenário econômico, social e político. A injeção de dinheiro, não só, pelo governo dos Estados Unidos para o resgate de instituições financeiras parecia ter colocado em xeque, dentro de poucas semanas, dogmas sagrados ao neoliberalismo, como a afirmação da autorregulação do mercado, porém, isso não indicaria a construção de alguma política no sentido inverso a neoliberal. Os governos pareciam ter abandonado o discurso de excelência do mercado e, em contrapartida, desviavam montantes consideráveis de dinheiro para o resgate das grandes instituições financeiras que dominavam o mercado enquanto as famílias endividadas continuavam correndo o risco de perderem os seus imóveis.

Passado o *crash* de 2008, não havia como negar que aquela foi a maior recessão enfrentada pela nossa sociedade nos últimos 80 anos, avalia o próprio setor ligado a reprodução ideológica do capital²¹. Na análise que fazem daquele período, a retrospectiva de metade de uma década mostra que os eventos de 2008 teriam sido constituídos por múltiplas causas e a mais evidente delas teria sido a forma insensata com a qual os financiadores vinham conduzindo o sistema financeiro. Antes do pânico bancário o que se via nos Estados Unidos era a oferta irresponsável de empréstimos hipotecários. O mercado financeiro foi inundado com os chamados *subprime*, que consistiam em uma política de crédito hipotecário de fácil acesso, sem solidez para o fechamento de contratos, largamente estabelecido no setor imobiliário dos Estados Unidos nos anos 2000, tornando possível que quantias relevantes fossem tomadas por pessoas ou instituições com péssimo histórico de crédito. Os bancos utilizaram técnicas de engenharia financeira²² para

²⁰ O *Le Monde Diplomatique Brasil* (2008), no artigo de Antonio Martins, “Para compreender a crise financeira”, também trouxe uma síntese das análises que figuravam sobre os eventos de 2008.

²¹ O semanário centenário inglês *The economist* (2013), fonte de divulgação ideológica do capital desde os tempos de Marx, no artigo “*The origins of the financial crisis: crash course*”, aponta o que considera os principais detonadores da crise de 2008.

²² A engenharia financeira utiliza modelos matemáticos e ferramentas computacionais no planejamento e na gestão de fundos de investimento em um mercado concebido como integrado, altamente competitivo e sob grande influência de fatores externos e de difícil controle. Sua difusão cada vez mais ampla ampara-se no conceito de globalização e de desenvolvimento tecnológico, segundo o qual uma grande quantidade de informações, que devem ser processadas rapidamente,

fazer esse tipo de crédito hipotecário passar por supostos títulos de baixo risco de calote (*default*), agrupando vários tipos em um mesmo grupo de investimento.

Para levarem a cabo tal manobra, os grandes bancos argumentavam que se acontecesse um eventual colapso no mercado imobiliário cada cidade reagiria de forma independente, com as cidades de economia mais blindada compensando o mal desempenho das de economia mais frágeis, por isso, reunir todos os contratos em um mesmo investimento (pool) amortizaria as possibilidades de risco de uma reação em cadeia. Contudo, a despeito do que diziam as agências de classificação de risco²³, essa estratégia se mostrou ineficaz e o mercado imobiliário estadunidense, desde 2006, registrava queda nos preços.

Os bancos centrais e outras instituições de caráter regulador também foram implicados como responsáveis pelos acontecimentos de 2008. Eles foram acusados de não manterem um equilíbrio econômico e não exercerem uma supervisão adequada das ações das instituições financeiras. O maior erro dos reguladores teria sido permitir que o *Lehman Brothers* declarasse falência. Com isso espalhou-se uma sensação de pânico pelos mercados. Da noite para o dia, a confiança no sistema financeiro havia sido abalada. Ninguém confiava mais em ninguém. O sistema de crédito travou, a concessão de empréstimos foi bloqueada, inclusive entre as próprias instituições que compunham o mercado financeiro. Haveria um medo generalizado de não poder pagar o que se tomou emprestado e de não receber de volta o que foi emprestado. Mas, os erros dos bancos centrais teriam começado antes disso. O banco Central dos Estados Unidos não teria feito nada para conter a

teriam sido jogadas no mercado mundial, assim, a fim de auxiliar os gestores de ativos financeiros na tomada de decisões, tornou-se relevante o uso de ferramentas de estatísticas e de otimização no planejamento da gestão financeira.

²³ As agências de classificação de risco (*credit rating agency*), Standard & Poor's e a Moody's, as mais respeitadas do mercado estadunidense, ofereciam um triple-A para os investimentos relacionados ao setor imobiliário. Agências como essas concedem *ratings*, que são classificações às empresas, governos ou qualquer entidade que emita títulos para serem negociados no mercado, atestando a confiabilidade e a capacidade do emissor desses títulos honrar seus compromissos com os investidores, ou seja, qual a porcentagem de risco de o emissor da dívida dar um calote ou não. Quanto mais renomada a agência de classificação, maior a credibilidade da nota de crédito emitida. A credibilidade das agências de classificação de risco foi posta em dúvida com a eclosão dos eventos de 2008, já que, a derrocada do sistema financeiro estadunidense incluiu instituições financeiras até então avaliadas como sólidas e confiáveis.

bolha imobiliária, que na verdade não se restringia só a esse país, alastrando-se por países europeus como a Espanha e a Irlanda que, também, tinham superaquesido o setor imobiliário ao estabelecerem negócios com o mercado imobiliário ianque, contribuindo para o desequilíbrio financeiro na Europa²⁴.

Além dessas duas causas, uma terceira apontada como relevante diz respeito ao cenário macroeconômico que antecedeu os eventos de 2008. Destacam-se como fatores constitutivos desse cenário macroeconômico o período denominado de a “grande moderação”, caracterizado por baixa inflação e crescimento econômico estável capaz de propiciar um ambiente global de complacência e apetite exagerado por risco, especialmente nos países anglo-saxões; a superabundância de capital na China, gerado pelo crescimento econômico alcançado pela atual segunda maior economia do mundo entre os anos de 1997 e 2007; e, a dita ganância dos bancos europeus ao tomarem empréstimos substanciais em instituições financeiras dos Estados Unidos para a aquisição de títulos atrelados ao setor imobiliário desse país.

Mészáros (2009b) acompanhou de perto o processo de quebra do sistema financeiro em 2008, porém, sua análise difere do que vimos até agora. Nem crise financeira, nem crise dos *subprime*, nem crise bancária etc. Para ele, o que vivenciamos hoje não se restringe a uma dessas questões. Na verdade, esses epifenômenos seriam partes constitutivas de um fenômeno maior: a crise estrutural do capital.

Não é de hoje que Mészáros (2009b, p. 17) levanta tal discussão. Segundo nos relata, já em 1968, insistia “no fato de que a grande crise econômica mundial de 1929-33 se parece com ‘uma festa no salão de chá do vigário’ em comparação com a crise na qual estamos vivendo”. O que tivemos recentemente seria só um prenúncio, “porque a crise estrutural do sistema do capital como um todo [...] está destinada a piorar consideravelmente” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 17). Em seu

²⁴ Na Europa, o banco *Fortis* (belgo-holandês) foi parcialmente nacionalizado pelos governos da Holanda, Bélgica e Luxemburgo. O banco *Dexia* (franco-belga) recebeu uma injeção de 6,4 bilhões de euros, patrocinada pelos governos da França e Bélgica e foi nacionalizado por esse último país. O Reino Unido nacionalizou o banco *Bradford & Bingley*, o nono maior do setor de hipotecas na Grã-Bretanha, e vendeu parte de seus ativos para o espanhol *Santander*.

desdobramento ela “Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 17).

Em uma conferência proferida em 21 de outubro de 2008, o autor afirma:

Se tentarem recordar o que foi repetido inúmeras vezes nas últimas duas semanas sobre a crise atual, há uma palavra que se destaca, encobrendo todos os demais diagnósticos apregoados e os remédios correspondentes. Essa palavra é *confiança*. Se ganhássemos uma nota de dez libras a cada vez que essa palavra mágica foi oferecida para consumo público em todo o mundo, sem mencionar a sua continuada reafirmação desde então, estaríamos todos milionários (MÉSZÁROS, 2009b, p. 18).

Nem confiança, falta de confiança ou superconfiança! O discurso segundo o qual os problemas evidenciados em 2008, desde a causa até a solução, orbitariam ao redor da questão da perda ou da necessidade de reaver a confiança no sistema financeiro global, é sumariamente rechaçado por Mézáros (2009b, p. 18-22).

A solução pragmática de apenas injetar dinheiro público no sistema bancário em tempos de crise é convencionalmente aceita como uma “importante lição da história” no que concerne ao salvamento do sistema. Tal trato da questão, no entanto, parece estar longe de solucioná-la. Pois, como pondera Mézáros (2009b, p. 21):

Alguém pode pensar numa maior acusação para um sistema de produção econômica e reprodução social pretensamente insuperável do que essa: *no auge do seu poder produtivo, está produzindo uma crise alimentar global e o sofrimento decorrente dos incontáveis milhões de pessoas por todo o mundo? Essa é a natureza do sistema que se espera salvar agora a todo custo, incluindo a atual “divisão” do seu custo astronômico.*

Mesmo que fosse possível salvar um sistema no qual apenas a dividida dos Estados Unidos “supera nos nossos dias a marca de *10 trilhões*”, nada mais que, “um milhar de vezes a idade do nosso universo” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 21, grifo do autor), a questão a ser respondida seria para quem salvar um sistema que gangrenado pela superprodução suscitou na primeira década do século XXI uma crise alimentar que possui suas raízes não na má qualidade do plantio, na escassez

de plantações, em incidentes meteorológicos etc. Tudo isso é passível de acontecer e certamente contribui para agravar o quadro crítico da questão alimentar no mundo hoje, mas as raízes desse quadro se encontram primordialmente na distribuição. O imperativo da produção de alimentos no mundo é o mesmo da produção de qualquer artigo ou bens criado para a venda: a acumulação privada de riqueza. Com isso, as necessidades alimentares de diversas populações no mundo estão submetidas às crises setoriais do mercado capitalista. Quando um setor trava, qualquer outro que mantenha ligação de alguma espécie com ele fica suscetível de travar também. O rápido aumento dos preços do petróleo, por exemplo, aumentou os custos dos fertilizantes e, por conseguinte, da produção alimentar nos anos 2000.

Vários e astronômicos são os números apresentados por Mészáros (2009b). Tais números são a representação “do buraco sem fundo do endividamento global ao qual estamos condenados pelo sistema que eles [políticos e banqueiros apologistas do capital] agora querem salvar a todo custo” (MÉSZÁROS. 2009b, p. 22, grifo nosso).

Essa não é a primeira e, enquanto persiste o sistema do capital, não será a última vez que se verifica uma cadeia generalizada de bancarrotas. O que difere agora é o tratamento dado à questão. Se após a Segunda Guerra Mundial com a “nacionalização abertamente admitida e controlada pelo Estado” os contribuintes ainda obtiveram algum retorno, nos nossos dias se remove o embaraço concernente a tal padrão de nacionalização, “enquanto [se] multiplica muitas vezes os trilhões desperdiçados ao investir na bancarrota capitalista” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 23).

O remédio governamental, tanto no passado e mais ainda agora, está longe de oferecer uma solução definitiva para o sistema financeiro. Para Mészáros (MÉSZÁROS, 2009b, p. 23),

Na verdade, as recentes medidas adotadas pelas nossas autoridades políticas e financeiras apenas atenderam a um único aspecto da crise atual: a liquidez dos bancos, das companhias de hipotecas e de seguros. E mesmo isso, só numa extensão muito limitada.

Muitas dos bancos e companhias de seguro em risco durante os eventos de 2008 possuíam dívidas que chegavam à casa dos trilhões. Solver tais dívidas implica sérias consequências inflacionárias. Os problemas do setor financeiro que abalam o mundo capitalista parecem caminhar para um beco sem saída. Mas, não é apenas o setor financeiro que ameaça o sistema do capital. O setor industrial se mostra tão perigoso quanto,

Pois de modo ainda mais intratável, também os setores *produtivos* da indústria capitalista estão com sérios problemas, pouco importando quão altamente desenvolvidos e favorecidos eles aparentem estar por meio de sua posição de vantagem competitiva na hierarquia global do capital transnacional (MÉSZÁROS, 2009b, p. 23, grifo do autor).

Exemplo emblemático disso é a indústria automobilística dos Estados Unidos. Apesar de ter recebido uma injeção de bilhões de dólares em subsídio do maior Estado capitalista do mundo, a produção automobilística continua em apuros. Em busca da globalização plena, a indústria automobilística traçou como estratégia a ampliação da sua produção com vista a desfrutar das vantagens de custo que isso traria, porém se ignorou o fato de que não adianta dobrar a produção se não há quem compre.

Isso não é nenhuma novidade no modo de produção capitalista. Desde os primórdios da produção capitalista que está posta a tendência a ampliar a produção ignorando-se as reais necessidades de consumo da humanidade. São sempre as necessidades de consumo infundável do sistema do capital que são privilegiados na esfera produtiva, porque, lembremos, na sociedade capitalista o valor de uso existe apenas como substrato material do valor de troca.

Nesse sentido, “nenhum subsídio de qualquer espécie pode ser considerado suficientemente satisfatório” para “as Três Grandes – General Motors, Ford e Chrysler” ao se encontrarem “à beira da bancarrota” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 24). O que temos é o desperdício de bilhões em subsídios, para depois se desperdiçar mais bilhões em mais subsídios, gerando um círculo vicioso que, devido ao montante de dinheiro em questão, não possui solução viável. Desses bilhões em questão, apenas uma pequena parcela é destinado, por exemplo, para a agricultura, num mundo no qual ainda se morre de fome.

Os problemas que afetam o livre desenvolvimento econômico do capital estão imbricados. Por isso, “A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos *ramos produtivos da indústria*” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 25, grifo do autor). As crises setoriais do mercado capitalista assumem um caráter de indissociabilidade, o que faz com que a crise geral fique cada vez pior e mais abrangente. Contudo, mesmo diante de fatos incontestáveis, como a crise alimentar global, nossos políticos e demais figuras representativas do grande capital, insistem nos mesmos erros, quando “deveriam realmente começar a prestar atenção à afirmada ‘importante lição da história’, em vez de ‘distribuir grandes blocos de dinheiro público’ sob a pretensa ‘lição da história’” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 25).

O gasto de dinheiro público para tentar sanar o buraco sem saída criado pela especulação financeira já se mostrou historicamente inviável e, na verdade, acaba potencializando o problema, já que, toda a sociedade é posta em risco. Essa deveria ser a grande lição obtida através da história recente da nossa sociedade. Mas, o que se verifica é que, “sob a regra do capital na sua crise estrutural, na nossa própria época atingimos o ponto em que devemos ser submetidos ao impacto destrutivo de uma simbiose entre a estrutura legislativa do Estado” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 25) e os diversos setores endividados do grande capital. Os eventos de 2008 revelam como

as companhias hipotecárias gigantes dos EUA, como a Fanni Mae e a Freddie Mac, foram corruptamente apoiadas e abastecidas, de forma generosa com garantias altamente lucrativas, mas totalmente imerecidas, pela *selva legislativa* do Estado americano em primeiro lugar, bem como por meio de serviços pessoais de corrupção política impune. Na verdade, a cada vez mais densa selva legislativa do Estado capitalista passa a ser o legitimador “democrático” da *fraudulência institucionalizada* nas nossas sociedades (MÉSZÁROS, 2009b, p. 23, grifo do autor).

Da simbiose entre o Estado e as grandes instituições representativas do capital não se deve esperar nenhuma solução viável ao quadro da crise atual. A simbiose que formam é, na verdade, parte do problema. A corrupção que a perpassa é uma das possibilidades viáveis a curto prazo no sentido de adiar o real enfrentamento do problema da crise estrutural do capital.

Quando a manifestação de uma crise não está ligada aos limites últimos de uma estrutura global, é possível ampliar a margem de manobra de seus limites imediatos através da “modificação de algumas partes de um complexo em questão”, da “mudança geral de todo o sistema ao qual os subcomplexos particulares pertencem” e da “alteração significativa da relação do complexo global com outros complexos” (MÉSZÁROS, 2009a, 797).

Com a crise estrutural tais estratégias surtem cada vez menos efeitos, pois, o seu desenvolvimento “afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2009a, 797).

A novidade histórica da crise estrutural diz respeito ao fato de ela possuir um caráter universal, de ser realmente global, de ser permanente e de possuir um padrão de desdobramento aparentemente, menos chamativo, se comparado as crises cíclicas capitalistas (MÉSZÁROS, 2009a, p. 796). Tudo isso faz dela muito mais incisiva e perigosa do que uma mera crise cíclica que perpassa a sociedade capitalista.

No curso do desenvolvimento histórico da sociedade capitalista

as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada (MÉSZÁROS, 2009a, p 798).

A interação dessas três dimensões fundamentais do sistema do capital possibilita o seu desenvolvimento ao deslocar as limitações do sistema do capital de uma para a outra. Isso faz com que as limitações imediatas postas ao sistema do capital se configurem apenas como

meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital (MÉSZÁROS, 2009a, p 798).

Como essas três dimensões fundamentais do sistema do capital atuam conjuntamente com o objetivo de deslocar as contradições que apareçam para outras esferas ou regiões, enquanto esse mecanismo estiver funcionando não há possibilidade de haver uma crise estrutural. Podem ocorrer crises de natureza variada que atinjam uma ou mais dessas dimensões, talvez até o seu conjunto por tempo determinado, mas se houver resolução para esse quadro dentro dos limites capital não haverá uma crise estrutural, pois os limites últimos da estrutura global do capital foram preservados.

A crise não-estrutural típica da sociedade capitalista se expressa de forma cíclica por obedecer a um conjunto de fases que ao fim repõe a produção do capital de forma ampliada. Tais crises geram consequências severas para o complexo específico que aturdir. Contudo não têm a capacidade de colocar em xeque a reprodução estrutural do capital. Os problemas por elas gerados são passíveis de serem resolvidos no interior de uma dessas dimensões essenciais do capital.

A crise de que trata Mészáros (2009a, 2009b) é estrutural porque diz respeito à destruição das condições mais básicas de vida pela permanência histórica do capital. A crise estrutural não se restringe ao fator produtivo-econômico, ela é uma crise de saturação dos elementos constitutivos do sistema do capital. Não há mais como forçar seus limites para que possa haver uma forma sustentável de interação da humanidade com os recursos naturais indispensáveis e vida e entre si mesma.

Portanto,

O sistema existente de dominação está em crise porque sua *raison d'être* e sua justificação históricas desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou a pura repressão. Desse modo, ao manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*, põe em perspectiva o absurdo desse sistema de dominação (MÉSZÁROS, 2009a, p. 803).

Os problemas atuais que atingem o sistema do capital não podem ser resolvidos pelas suas três dimensões fundamentais. Os limites ativados pelos processos históricos que tem como marco os anos de 1970 dizem respeito a estrutura última do sistema do capital. Os elementos analisados por Marx (1983,

2008, 2009) e Engels (2009, 2010), que outrora fomentaram o processo de ascensão histórica do capital, hoje marcam o seu processo de saturação histórica. É disso que trataremos a seguir.

4. A CRISE ESTRUTURAL E O DESCENSO HISTÓRICO DA SOCIEDADE DO CAPITAL

Neste capítulo, veremos como o sistema do capital atingiu o seu ponto mais elevado no que diz respeito as suas contradições, combinando na atualidade um quadro de maturação e saturação, que o torna impermeável, muitas vezes, até as demandas antes integráveis à sua estrutura reprodutiva. Com isso, os perigos estruturais do sistema do capital são levados para todo o mundo.

Num primeiro momento, veremos como o capital se constitui numa forma incontrolável de controle sociometabólico e, por conseguinte, numa estrutura totalizadora que escapa a um grau significativo de controle humano na tomada de decisões essenciais à organização da vida em sociedade. Assim, tanto os trabalhadores como os capitalistas encontram-se submetidos aos ditames autoexpansionista do capital.

Trataremos, também, da ativação dos limites absolutos do capital. Veremos como a ativação de tais limites não significa, necessariamente, o fim do sistema do capital, mas, implicam condições de vida cada vez mais difíceis e colocam a possibilidade da autodestruição da vida humana.

4.1. A inviabilidade da resposta política à crise estrutural do capital

Hoje, a dificuldade de ignorar os aspectos e as tendências negativas do capital ou colocar restrições ao atual processo de desenvolvimento histórico não está apenas no fato de esse apresentar perigos muito maiores do que quaisquer outros já encontrados em momentos anteriores, “mas [está] também no fato de o sistema do capital global ter atingido o seu zênite contraditório de maturação e saturação” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 95, grifo nosso). A maturação do sistema do capital trouxe consigo a sua saturação, o que levou seus perigos inseparáveis para

todo o planeta, e exigindo, por isso, soluções de caráter não “parciais para o problema a ser enfrentado” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 95).

Até alguns anos atrás foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – como as famigeradas conquistas alcançadas pelo movimento socialista, seja sob a forma de medidas legislativas ou na melhoria do padrão de vida da classe trabalhadora, por exemplo. Isso foi possível durante certo tempo porque tais concessões “puderam ser *assimiladas* pelo conjunto do sistema, e *integradas* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 95). No entanto, até concessões de caráter integrável ao sistema do capital demonstraram-se mais à frente reversíveis. O que indica que, hoje, com o processo de maturação \ saturação do sistema do capital global, mesmo questões parciais para serem enfrentadas implicam um confronto direto com “o sistema do capital como tal” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 95). Não há mais como fugir às contradições acumuladas ao longo do percurso histórico do sistema do capital.

Assim, mesmo a legitimação das demandas integráveis ao sistema do capital, como fora possível há algum tempo atrás, causa um grande inconveniente. E a legitimação das não integráveis, “se revelou inadmissível, em virtude das correspondentes restrições necessárias aos processos de produção em vigor exigidas para a sua implementação” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 95). Contudo, não se deve pensar que mesmo a não integrabilidade de certas questões ao sistema do capital global poderá significar seu colapso total no futuro.

Para Mézáros (2002, p. 95) apenas o trabalho pode, “como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital”, enfrentar tais desafios de forma abrangente e coerente como se faz necessário, não só pelo fato de não ser integrável, diferentemente de certas manifestações políticas do trabalho como a social democracia reformista, mas por fornecer a todos os movimentos de “questão única”, como o movimento verde, o quadro de referências estratégicas através do qual “podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 96).

Logo, para se entender a natureza e a força das restrições estruturais prevaletentes com as quais o sistema do capital depara-se hoje, Mézáros (2009a, p. 96) afirma ser “necessário comparar a ordem estabelecida do controle sociometabólico com seus antecedentes históricos”, pois, “Ao contrário da mitologia apologética de seus ideólogos, o modo de operação do sistema do capital é a exceção e não a regra, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si” (2009a, p. 96).

Mézáros (2009a, p. 96, grifo do autor) explica que “o capital não é simplesmente uma “entidade material” ou “um ‘mecanismo’ racionalmente controlável”, “mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico”. O capital é contraditório em si mesmo por ser um sistema de controle sociometabólico que não é passível de controle. Isso se deve ao fato de o capital

ter [...] surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva” ou perecer, caso não consiga se adaptar, [Deste modo,] Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2009a, p. 96, grifo nosso).

O capital se desenvolveu historicamente como uma estrutura totalizadora, a qual a vida humana, nos seus aspectos mais diversos e díspares, é submetida. É esta capacidade inerente ao sistema do capital de submeter a tudo e a todos a seus ditames estruturais que fazem dele um sistema reprodutivo que escapa a um grau significativo de controle humano na tomada de decisões, das mais simples até as mais complexas. E isso não só no que diz respeito a possibilidade de controle por parte dos trabalhadores, mas também, por parte dos capitalistas.

Os capitalistas, por mais ricos que sejam, possuem um

poder de controle no conjunto do sistema do capital [...] absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as conseqüências e perder o negócio (MÉSZÁROS, 2009a, p. 98).

Os imperativos aos quais os trabalhadores têm de obedecer são diametralmente distintos dos quais os capitalistas obedecem em decorrência do lugar que ocupam na esfera produtiva, mas ambos estão submetidos a este modo específico de controle social que é o sistema do capital e a sua “*estrutura de comando singular*” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 98). Nesse sentido,

a invenção do “capitalista solícito”, se fosse viável de alguma forma milagrosa, não iria alterar minimamente o caráter absolutamente desumanizante do sistema do capital “capitalista avançado” (MESZÁROS, 2009a, p. 98).

A questão central não é, então, se o capitalista é bom ou mau, mas qual a função que ele ocupa no sistema do capital. É esta função que determina seu modo de ser e agir. Para a realização dos objetivos metabólicos fundamentais do sistema do capital toda a sociedade deve se sujeitar, dos trabalhadores aos capitalistas.

Como Mézáros (2009a, p. 99, grifo do autor) explica: “Sob um de seus principais aspectos, esse processo de sujeição assume a forma da divisão da sociedade em *classes sociais* abrangentes mas irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas”. E acrescenta ainda que,

como a sociedade desmoronaria se esta dualidade não pudesse ser firmemente consolidada sob algum *denominador comum*, um complicado sistema de divisão social hierárquica do trabalho deve ser superposto a divisão do trabalho funcional\técnica (e, mais tarde, tecnológica altamente integrada) como força cimentadora pouco segura – já que representa, no fundo, uma tendência centrífuga destruidora – de todo o complexo (MÉSZÁROS, 2009a, p. 99).

A divisão hierárquica do trabalho é a radicalização de todo o processo de divisão do trabalho. Como não poderia deixar de ser, a efetuação da produção e reprodução social sob tal imperativo torna-se extremamente instável. E não basta somente que a divisão hierárquica social do trabalho se imponha “como relacionamento determinador de poder, sobre os aspectos funcionais\técnicos do

processo de trabalho”, ela tem também se impõe “como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99). É isso que permite

caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da “*própria natureza*”, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de “*igualdade e liberdade*” [...] e ainda santificada como nada menos que ditame da própria Razão (MÉSZÁROS, 2009a, p. 99).

A divisão hierárquica social do trabalho está para além dos aspectos funcionais\técnicos do processo de trabalho. Ela fornece o campo sobre o qual o sistema do capital atua ideologicamente. Daí ser possível tornar comum a todas as formações históricas a ele precedentes o que é particular a sua concomitância histórica com o modo de produção capitalista.

Nem mesmo na ordem feudal se viu uma “separação tão radical entre controle e produção material”, isso, “Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 99). No capitalismo, a liberdade política, por sua vez, é acompanhada da separação do produtor direto até mesmo de seus instrumentos de trabalho, quanto mais de qualquer tipo de controle do processo de produção em si.

O sistema do capital é “orientado para a expansão e movido pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 100). Esta é sua principal determinação. Ela constitui, nesse sistema de controle sociometabólico, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Em outros termos, o sistema de controle sociometabólico do capital, em decorrência desse dinamismo torna-se irresistível enquanto for possível extrair trabalho excedente, porém, uma vez emperrado esse processo dinâmico de acumulação e expansão, por qualquer motivo, a situação se reverte e sua deficiência fatídica se apresenta com sérias consequências para toda a reprodução sociometabólica da humanidade.

Isso pode ser observado no curso da própria história do modo de produção capitalista, na qual não são raras as vezes em que esse processo dinâmico de acumulação e expansão foi barrado, chegando em determinado ponto a ser considerado como parte da “normalidade” do sistema, mas mesmo assim trouxe consequências graves, daí apreende-se o quão devastadora pode ser as consequências de uma crise sistêmica, estrutural, que não venha a barrar apenas um dos aspectos do sistema do capital, como o financeiro\monetário, mas que faça avançar de forma extrema os constituintes destrutivos desse sistema.

Assim, a incontornabilidade do capital, que um dia lhe permitiu passar da qualidade de “herege” e de forma “antinatural” de controle da produção de riqueza à força dominante absoluta do processo de reprodução sociometabólica, em tempos de crise estrutural, como o que vivemos hoje, “faz prever a autodestruição, tanto para esse sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 100). A crise que atravessamos hoje atinge todo o sistema do capital, fazendo com que a prática de deslocamento das contradições do capital a partir de seu impulso expansionista, leve a todo o planeta o espectro da incontornabilidade.

Percebemos assim que, com a crise que atravessamos, o capital não dispõe mais da margem de manobra que antes tinha. As contradições inelimináveis que constituem esse sistema reprodutivo evidenciam-se de forma explosiva com a maturação\saturação do sistema. Há, diante disso, uma solicitação cada vez maior de intervenção do Estado moderno. Isso ocorre porque essa é “a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 107). Na verdade, o Estado moderno emergiu “com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma de estrutura totalizadora de comando político do capital” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 106).

Não é de se estranhar, então, que a crise do capital venha acompanhada da “crise política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 107). Daí que o encerramento da

ascensão histórica do sistema do capital tenha coincidido com a crise do Estado moderno, desde sua formação liberal-democrata até os Estados pós-capitalistas de tipo soviético.

Mészáros (2009a, p. 107) explica que “em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital”. O Estado moderno, então, é uma parte constitutiva do sistema do capital, é um requisito indispensável para o funcionamento desse sistema, tendo por responsabilidade não permitir que as “forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital”, levem-no ao colapso total.

O Estado moderno legaliza a separação radical entre produção e controle do processo de trabalho, pois,

Sem esta estrutura jurídica, até os menores ‘microcosmos’ do sistema do capital – antagonicamente estruturados – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica (MÉSZÁROS, 2002, p. 107-8).

A existência do Estado moderno é uma exigência do sistema do capital, sem a qual todo o seu complexo estaria em risco. É o Estado moderno que perpetua através de seu arcabouço jurídico a alienação do controle do processo de trabalho dos produtores. A sua intervenção corretiva ocorre de acordo com as mutações no processo de acumulação e expansão do sistema do capital, facilitando e favorecendo as necessidades reprodutivas do mesmo.

Para Mészáros (2009a, p. 108), ao contrário do que idealizam e descrevem os ideólogos burgueses, o

Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma pré-condição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto.

O Estado moderno tem, assim, a função de manter em pé, de criar uma ligação entre os componentes explosivos do sistema do capital.

O Estado moderno cumpre papel fundamental no que se refere à relação entre produção e consumo no sistema do capital. Além de complementar e reforçar “a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo”, ele “deve também assumir a importante função de comprador\consumidor direto em escala sempre crescente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 110). É dessa forma, que ele exerce a função tanto de “prover algumas necessidades reais do conjunto social”, como de satisfazer os “apetites em sua maioria artificiais” da reprodução do sistema do capital “atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 110). Essa função empreendida pelo Estado moderno é de suma importância para a reprodução constante do sistema do capital, porque contribui para a necessidade irresistível de acumulação e expansão do capital.

O Estado moderno também tem papel ativo no que concerne “a procura de alguma espécie de unidade entre produção e circulação” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 111), o que evidencia a contradição entre o capital transnacional e os Estados nacionais. Quanto a isso, de acordo com Mézáros (2009a, p. 111),

No presente contexto, [...] a única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essa contradição é com a instituição de um sistema de “duplo padrão”: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema global do capital), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração.

Esse “duplo padrão” expressa o real significado da globalização, que apesar de toda a idealização ao seu redor, é uma tendência presente na natureza do próprio capital desde seu primeiro suspiro. Daí a globalização ser nada mais, nada menos que “o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação” que

No plano da política totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor na ordem do poder do capital (MÉSZÁROS, 2009a, p. 111).

A forma como se dará a operação desse “duplo padrão” no que se refere tanto as suas ações internacionais, como internas, dependerá das vicissitudes peculiares ao sistema do capital. Alguns Estados nacionais “introduzem certas medidas legais autenticamente *antimonopolistas* se as condições internas exigirem e as condições gerais permitirem”, porém,

no plano internacional, o Estado nacional do sistema do capital não tem nenhum interesse em restringir o impulso monopolista ilimitado de suas unidades econômicas dominantes. Muito pelo contrário. No domínio da competição internacional, quanto mais forte e menos sujeita a restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político (e, se preciso, também militar), maior a probabilidade de vencer seus adversários reais ou potenciais. É por isso que o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel facilitador da expansão mais monopolista possível do capital exterior (MÉSZÁROS, 2009a, p. 113).

Não restam dúvidas, assim, que o Estado moderno tem por função a defesa dos interesses econômicos do sistema do capital. As ideias de “livre comércio”, e outras do tipo, na realidade se caracterizam apenas como um discurso estéril. Desde os primórdios da formação dos mais poderosos Estados nacionais, seus interesses são defendidos com toda a força, pressão e violência possível.

Não é possível, no sistema do capital, uma forma de “harmonização” dos interesses das unidades econômicas isoladas. No máximo o que se consegue é uma espécie de equilíbrio temporário, não a resolução definitiva do problema. Daí a inviabilidade de uma “Nova Ordem Mundial”, com um “Governo Mundial”. Para Mézáros (2009a), isso não passa de uma fantasia irrealizável, fadada ao fracasso desde o momento em que produção e controle foram radicalmente separados, constituindo uma contradição insolúvel, que se estende para todos os níveis do intercâmbio reprodutivo social, como produção e consumo, produção e circulação etc.

Apreende-se, assim, que

o sistema do capital evoluiu historicamente a partir de constituintes *irrefreáveis*, mas longe de auto-suficientes. As falhas estruturais de controle [...] exigiam o estabelecimento de estruturas específicas de controle capazes de complementar – no nível apropriado de abrangência – os constituintes reprodutivos materiais de acordo com a necessidade totalizadora e a cambiante dinâmica expansionista do sistema do capital. Foi assim que se criou o Estado moderno como estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da “base material” do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas (MÉSZÁROS, 2009a, p. 118-9).

O Estado moderno surge como uma estrutura política com a função de complementar os constituintes reprodutivos materiais do sistema do capital de acordo com as suas necessidades, tornando-se parte de sua “base material”. Por isso, o surgimento do Estado moderno não se dá em consequência do desenvolvimento do capital, mas em conjunção com ele.

O Estado “não pode ser reduzido ao *status* de superestrutura”, pois ele, como estrutura de comando abrangente do sistema do capital possui sua própria superestrutura, “a que Marx se referiu apropriadamente como ‘superestrutura legal e política’” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 119). Essa superestrutura legal e política do Estado “pode assumir as formas parlamentaristas, bonapartista ou até mesmo de tipo soviético pós-capitalista, além de muitas outras, conforme exijam as circunstâncias históricas” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 121), pois mesmo possuindo uma superestrutura própria o Estado não deixa de estar a serviço dos determinantes de acumulação e expansão do sistema do capital; ele “não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 119) a esse sistema.

Nas palavras de Mézszáros (2009a, p. 121):

Na verdade, o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração de trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital.

O Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, porque surge em conjunção com ele, e corporifica a necessária dimensão coesiva desse sistema porque suas unidades reprodutivas têm um caráter incorrigivelmente centrífugo. E esse é em si o papel de todas as formas de Estado até hoje

conhecidas, resguardadas, e é claro, as particularidades históricas que as circunscrevem. O Estado assim, “reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquica\estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma clara manifestação” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 122).

Há uma determinação recíproca entre o sistema do capital e o Estado moderno, e, “Em razão dessa determinação recíproca, devemos falar de uma correspondência estreita entre, por um lado, a base sociometabólica do sistema do capital e, por outro, o Estado moderno como estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 125).

Apesar disso, Mézáros (2009a, p. 125), afirma que é possível “identificar também uma grande dissonância estrutural entre o Estado moderno e as estruturas reprodutivas socioeconômicas do capital”. Essa dissonância “diz respeito inicialmente à ação humana de controle – o sujeito social – em relação à escala cada vez mais extensa da operação do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 125).

Para a realização dos objetivos metabólicos fundamentais do sistema do capital toda a sociedade deve se sujeitar, dos trabalhadores aos capitalistas. Isso faz desse sistema “singular na história também no sentido em que é, na verdade, um sistema de controle, *sem sujeito*” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 125). No sistema do capital suas determinações e imperativos objetivos sempre devem prevalecer sobre os desejos subjetivos, o que faz daquele que controla, na realidade, controlado. Uma personificação do capital, por mais poder que possa exercer em determinado microcosmo do sociometabolismo do capital. Nesse sentido, “não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 126). Tal situação é inevitável devido à radical separação da produção e do controle, e se torna cada vez mais pronunciada “conforme o sistema passa das pequenas unidades produtivas fragmentadas do início do desenvolvimento capitalista para as gigantescas corporações transnacionais de sua plena articulação global” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 126).

Com isso, também se torna cada vez mais difícil “assegurar o domínio do capital sobre o trabalho por meio de uma estrutura de comando sem sujeito” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 126). O trabalho é o sujeito real da reprodução social que, com a alienação do controle de suas mãos, é historicamente degradado e reduzido a mero “fator material de produção”, quando é, na verdade, o sujeito do processo produtivo.

A instauração do sistema do capital derruba a relação entre sujeito e objeto. Por isso,

Para desempenhar suas funções produtivas, com a consciência exigida pelo processo de produção como tal – sem o que deixaria de existir o próprio capital – o trabalho é forçado a aceitar um outro sujeito acima de si, mesmo que na realidade este seja apenas um pseudo-sujeito (MÉSZÁROS, 2009a, p. 126).

Nesse contexto, cabe ao Estado oferecer “a garantia fundamental de que a recalcitrância e a rebelião potenciais não escapem ao controle” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 127). Enquanto essa garantia for válida “o Estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do capital são mutuamente correspondentes” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 127). Contudo, essa correspondência sofre fraturas diárias com a reprodução da recalcitrância em decorrência da própria natureza do capital. Assim, por mais esforços despendidos para a manutenção dessa correspondência, “essa questão é decidida pela viabilidade (ou não) dessa ordem sociometabólica de autocontrole, baseada na alternativa hegemônica da força de trabalho à ordem de controle, autoritário, sem o sujeito, do capital” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 127).

A dissonância fundamental entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e sua formação de Estado “pode ser identificada [também] no relacionamento contraditório entre o mandato totalizador do Estado e sua capacidade de realização” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 128, grifo nosso). Em outros termos o que está em jogo não é a eficácia do Estado, mas a sua “capacidade de assegurar o avanço do ‘todo’ na dinâmica variável de acumulação e expansão” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 128).

Mas há uma contradição, porque o “Estado não pode abranger a totalidade das unidades socioeconômicas reprodutivas existentes do capital” (MÉSZÁROS,

2009a, p. 128). Desde o início das sociedades de classe o Estado tem como característica “o agrupamento dos seus *súditos de acordo com uma divisão territorial*” (ENGELS, 2010, p. 214). Assim, “a emergência e a consolidação dos *capitais nacionais* é um fato historicamente consumado” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 128), e o mesmo pode-se dizer do conflito entre eles.

Dessa forma, mesmo que o Estado moderno seja uma exigência do sistema do capital, e tenha por responsabilidade dar coesão as suas unidades socioeconômicas reprodutivas, ele não pode fazê-las funcionar constantemente sem atritos, pois, os Estados particulares tendem a afirmar os interesses de seus capitais nacionais.

Segundo Mézáros (2009a, p. 130) esta “incapacidade do Estado de realizar plenamente o que em última análise é exigido pela determinação interior totalizadora do sistema do capital representa um grande problema para o futuro”. A própria dinâmica reprodutiva do sistema do capital hoje, tornou inviável a ação verdadeiramente abrangente do Estado moderno e não há evidências significativas quanto à possibilidade de resolução dessa dissonância estrutural do sistema do capital.

Por mais duradoura que venha sendo a vigência histórica das sociedades de classe e de suas várias formas de Estado, essa não é uma parceria perfeita, muito pelo contrário. A intensificação do papel de controle do Estado hoje, mesmo no que diz respeito às reivindicações mais banais da classe trabalhadora, expõe a situação crítica em que o sistema do capital encontra-se em face da sua crise estrutural, portanto, nenhuma alternativa viável a esta crise pode ser criada a partir da estrutura política típica do sistema do capital.

4.2. A ativação dos limites absolutos do capital e suas consequências sociais

A crise estrutural do capital põe em evidência os limites estruturais desse sistema de controle social. Todo sistema de controle social possui limites intrínsecos.

Alguns desses limites podem ser revertidos internamente, pois não encontram barreiras intransponíveis ao seu deslocamento, outros, por sua vez, só encontram resolutividade para além do sistema social que o enforma. Só um modo de controle qualitativamente diferente pode fazer com que tais limites absolutos sejam transcendidos. Para isso é preciso uma abordagem radicalmente nova das possibilidades de desenvolvimento humano.

Mészáros (2009a, p. 220) problematiza a questão dos limites absolutos do capital. Para começar, o autor faz duas ressalvas quanto ao trato da questão:

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que a expressão “limites absolutos” não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da “ordem econômica ampliada” dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do “não há alternativa”. Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido as determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico.

O capital é um processo que repõe a si mesmo em todos os seus momentos, mas isso não significa, de forma alguma, a sua permanência indefinida. Assim como num determinado momento da história humana as relações de produção efetuadas entre grupos humanos desencadeou divisões do trabalho com resultados capazes de erodir os princípios balizadores da vida no regime da gens, é possível a superação da ordem da reprodução sociometabólica do capital. Na verdade, tal superação, para o autor, é possível e necessária. Os elementos constitutivos do sistema do capital tornaram-se um entrave ao livre desenvolvimento humano, uma ameaça à existência da vida. O capital esgotou as suas possibilidades de passar adiante as suas contradições inerentes justamente por ser um sistema de controle social global. Isso nos leva à segunda ressalva feita pelo autor:

não devemos imaginar que o incansável impulso do capital de transcender seus limites deter-se-á de repente com a percepção racional de que agora o sistema atingiu seus limites absolutos. Ao contrário, o mais provável é que se tente tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais (MÉSZÁROS, 2009a, p. 220).

Não se deve esperar encontrar dentro dos limites estruturais do sistema do capital uma solução viável para os problemas estruturais que o acometem. O sistema do capital fundamenta-se na perda do controle consciente da produção da

vida material. O capital é um sistema de controle social sem controle, os seus impulsos mais vitais, então, estão mais sob a influência do acaso do que do ser humano. O que pode haver dentro dos limites estruturais do capital é a correção manipuladora de alguns de seus elementos mais explosivos. Na verdade,

a mais problemática das contradições gerais do sistema do capital é a existente entre a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições, qualquer esperança de encontrar uma saída desse círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na dimensão política do sistema (MÉSZÁROS, 2009a, p. 220).

Posta a impossibilidade de resolução dos problemas oriundos do sistema do capital dentro dos seus próprios limites ou através de qualquer alternativa que não pressuponha sua eliminação, a irracionalidade, de forma mais contundente que nunca, atua como a racionalidade da produção e reprodução da vida social. As medidas políticas via Estado devem contornar os efeitos imediatos de tal situação, de forma a garantir a permanência, não importa a que custo, do desenvolvimento do sistema do capital. Nesse sentido, “a luta para superar os ameaçadores limites absolutos do sistema do capital tende a determinar os planos históricos no futuro previsível” (MÉZSÁROS. 2009a, p. 221).

A humanidade depare-se hoje com

O desafio histórico de ter de lutar contra as catastróficas implicações dos limites absolutos do capital [.O que] consiste justamente na necessidade de encontrar soluções viáveis para cada uma das contradições nele manifesta, por meio de uma boa redefinição qualitativa do significado do avanço produtivo, em vez de por intermédio da fetichista maneira quantitativa de tratar dos problemas do desenvolvimento utilizado pelo sistema do capital – uma *redefinição qualitativa* que abrangesse toda a humanidade em termos de *substantiva igualdade*, em vez de continuar excluindo a avassaladora maioria dos seres humanos dos frutos do avanço produtivo (MÉSZÁROS, 2009a, p. 221-2, grifo nosso, grifo do autor).

Certamente esse não é um desafio fácil de ser superado. O capital é um sistema de controle social que remonta a milhares de anos na história humana, de modo que suas contradições internas se encontram profundamente arraigadas na forma como a vida em sociedade é organizada. Só uma redefinição coletivamente orientada das forças produtivas pode criar a base material sobre a qual uma

alternativa viável ao sistema do capital pode se desenvolver. Mais que isso: uma redefinição que partisse da parcela da humanidade responsável pela criação do mundo material, a classe trabalhadora, libertando de vez o produtor do domínio do produto, devolvendo o controle consciente do processo de produção e apropriação da riqueza ao ser humano.

Mészáros (2009a, p. 222), destaca quatro questões referentes à ativação dos limites absolutos do capital. Essas quatro questões “não representam características isoladas. Longe disso: cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições” que “demonstram ser insuperáveis precisamente porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo” (MÁSZÁROS, 2009b, p. 222).

Essas quatro questões dizem respeito ao antagonismo estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais; a eliminação das condições de reprodução sociometabólica; a liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva e o desemprego crônico: o significado real da explosão populacional. Cada uma dessas questões possui um conteúdo denso, com várias contradições internas²⁵.

Nem sempre essas quatro questões representaram alguma forma de entrave ao livre desenvolvimento do sistema do capital. Na análise realizada por Engels (2010, p. 199-223), vimos como o processo de divisões do trabalho trouxe no seu lastro a manifestação histórica da família monogâmica, da propriedade privada e do Estado, como parte do desenvolvimento incipiente da ordem da reprodução sociometabólica do capital. Das questões referentes à ativação dos limites absolutos do capital escolhidas por Mészáros (2009a), três delas, qual sejam, o antagonismo estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais, a eliminação das condições de reprodução sociometabólica e a liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva, têm suas raízes nesses fenômenos históricos analisados por Engels (2010, p. 199-223). Tais questões, assim, em graus diferenciados, fazem parte da base de sustentação de todas as sociedades de classe por nós conhecidas.

²⁵ Por isso, no texto ora apresentado, tratamos de forma geral de tais questões, no intuito de ilustrar o real conteúdo da crise estrutural do capital: a saturação do próprio sistema do capital.

Com o alto desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista, elas se complexificam engendrando mecanismos internos cada vez mais problemáticos para a manutenção do sistema do capital. Já a questão do desemprego crônico manifesta-se como parte integrante da estrutura imanente da produção capitalista.

Hoje, a atuação em conjunto de tais questões marca o encerramento da fase progressista da ascendência histórica do sistema do capital, expressando a saturação do sistema de controle social do capital.

A complicada questão do antagonismo estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais é tema de diversas discussões e proposições pragmáticas. Essa questão expressa uma contradição irreversível do sistema do capital. Ao passo que o capital é orientado por seu impulso a acumulação e autoexpansão, ele desarticula as estruturas estabelecidas aonde chega, e se eleva ao posto de estrutura de comando. Dessa forma, ele se torna uma estrutura de comando transnacional. Não há fronteiras que impeçam o seu desenvolvimento. Por outro lado as grandes potências capitalistas ao ascenderem, buscam se firmar como grandes Estados nacionais como forma de defenderem seus interesses econômicos. O direito a exercer a soberania nacional, no entanto, é negado historicamente as nações que constituem a periferia do mundo ou que mantêm relações de dependência econômica com as grandes potências capitalistas.

Para Mézáros (2009a, p. 229), tendo em vista isso, ao invés de falarmos de multinacionais, devemos falar de transnacionais, pois é isso que as grandes companhias capitalistas são: “corporações transnacionais que não se sustentariam por si mesmas”. Na verdade,

A expressão “multinacionais” é freqüentemente usada de modo completamente equivocado, ocultando a verdadeira questão do domínio das empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre as economias locais – em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema do capital global. De modo geral, as nações capitalistas dominantes defendem seus interesses com todos os meios à sua disposição – pacíficos enquanto possível, mas recorrendo à guerra se não houver outra forma (MÉZÁROS, 2009a, p. 230).

As transnacionais, travestidas de “multinacionais”, representam o deslocamento e o domínio das grandes potências capitalistas por todo o mundo. São expressão do impulso à acumulação e à expansão do capital, remontando as práticas de desenvolvimento econômico concernentes ao sistema colonizador. As nações capitalistas dominantes, por meios muitas vezes questionáveis, interferem de acordo com o que lhes apetece nas diversas economias locais.

Agora, como antes, o mundo constitui o grande mercado escoador da produção e das contradições do capital. Contudo,

Sob as condições que hoje se apresentam, torna-se imensamente problemática a antiga prática bem-sucedida de empurrar as contradições do sistema do capital por meio do desenvolvimento expansionista (MÉSZÁROS, 2009a, p. 242).

A crítica não deve ser feita só à forma como se dá a relação entre o capital transnacional e os Estados nacionais, mas ao próprio capital transnacional e aos Estados nacionais capitalistas dominantes. A exploração de mão de obra barata ao redor do mundo, juntamente com as tentativas de “abolição dos direitos de grupos e minorias’ – inclusive a proteção dos sindicatos e a antiga lei que assegurou o salário mínimo para a seção mais desprotegida da classe trabalhadora” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 237) revelam a mundialização dessas contradições ao exporem o caráter burguês do Estado contemporâneo, que continua atuando como um complemento do jugo de classe da burguesia em prol da preservação do sistema do capital.

Em consonância com tal lógica, se verifica

A defesa da abolição dos direitos das minorias e dos grupos baseada na racionalização da consciência de classe de que “direitos são para indivíduos, não para grupos” – como se os indivíduos que sofrem essas discriminações perversas não fossem membros de grupos hierarquicamente subordinados e explorados – combinada ao apelo hipócrita à “humanidade comum” dos indivíduos refletem a fase atual do desenvolvimento do sistema global do capital transnacionalmente entrelaçado (MÉSZÁROS, 2009a, p. 238).

Esperar que as mesmas economias que há séculos praticam agravos aos direitos de minorias e grupos de indivíduos, apenas para manter elevado o patamar de acumulação privada de riqueza, venham a propor alguma solução substantiva

para tal situação é ilusão. O Estado e todo o seu aparato legislativo\burocrático se consubstanciam ao longo da história como um instrumento alinhado às necessidades do sistema do capital.

Para Mészáros (2009a, p. 246), portanto,

O antagonismo entre o capital transnacional globalmente expansionista e os Estados nacionais – que indica, de forma muito acentuada, a ativação de um limite absoluto do sistema do capital – não pode ser derrubado com a atitude defensiva e as formas de organização da esquerda histórica. O sucesso exige as forças do *genuíno internacionalismo*, sem as quais a perversa dinâmica global do desenvolvimento transnacional não pode ser nem temporariamente combatida, muito menos substituída por um novo modo auto-sustentável de intercâmbio sociometabólico na escala global necessária.

A saída para a relação antagônica entre o capital transnacional e os Estados nacionais está para além da ideia de Estados ou de um Estado regulador soberano. A luta contra este antagonismo deve estar lado a lado com a luta contra o sistema do capital. Deve-se para isso, apresentar uma alternativa tão genuinamente universal quanto o impulso à acumulação e à autoexpansão do capital, mas, qualitativamente diametral aos seus preceitos orientadores.

A tentativa irrefreável do sistema do capital de ir além de seus limites diz respeito, também, “as condições elementares de reprodução sociometabólica, no intercâmbio absolutamente inevitável da humanidade com a natureza” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 250). Dada a impossibilidade de negar a gravidade da questão ambiental, se alega a culpabilidade dos indivíduos. Quando na verdade a gravidade da questão encontra-se no fato de a

natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal (MÉSZÁROS, 2009a, p. 253).

A criação em excesso de mercadorias que depois não têm como serem sustentavelmente descartadas, ou a extinção de recursos não renováveis para a produção de mais mercadoria, demonstra isso. As consequências em longo prazo de tal forma de utilização dos recursos naturais podem ser catastróficas. Mesmo de

forma imediata é cada vez mais fácil notar os efeitos perigosos trazidos por esse tipo de prática social. Na verdade, tais imperativos dissipadores não valem

apenas para as exigências de energia da humanidade ou para a administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta, mas para todas as facetas da agricultura global, inclusive a devastação em grande escala das florestas e a maneira irresponsável de tratar o elemento sem o qual nenhum ser vivo pode sobreviver: a água (MÉSZÁROS, 2009a, p. 253).

A incontrollabilidade do sistema do capital ignora até mesmo a necessidade de manutenção das condições mais básicas para a manutenção da vida. Diante disso, “A degradação da natureza e a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 253). A permanência histórica do capital se configura, assim, como ameaça ao ciclo histórico de reprodução da vida sobre a terra. Como se pode constatar através da crise alimentar dos anos 2000,

As prioridades adotadas no interesse da expansão e da acumulação do capital são fatalmente distorcidas contra os condenados à fome e à desnutrição, principalmente no “Terceiro Mundo”. O que não significa que o resto do mundo nada tenha a temer com relação a isso no futuro. (MÉSZÁROS, 2009a, p. 255).

O fato de os países desenvolvidos não serem acometidos pelo fenômeno da fome nas mesmas proporções que algumas periferias do mundo, não significa a inexistência de risco. As práticas de produção e distribuição do sistema do capital na agricultura possuem alcance mundial, assim, além do risco da fome, há também o problema do uso irresponsável e muito lucrativo de produtos químicos que se acumulam como venenos residuais no solo, dentre outras questões que fazem com que o acesso a alimentação também se configure como um fator de risco.

A relação que a humanidade estabelece hoje com os recursos naturais que dispõe é um contrassenso e acena para a sombra da incontrollabilidade do sistema do capital. Como Mézáros (2009a, p. 250) pontua:

No período da ascendência histórica do capital, a capacidade do sistema de ignorar a causalidade espontânea e o ritmo da natureza – que

circunscreviam e “fechavam” as formas de satisfação dos seres humanos – trouxe um grande aumento em seu poder de produção [...] graças ao desenvolvimento de conhecimento social e à invenção das ferramentas e dos métodos exigidos para traduzi-los em potencialidades emancipadora. No entanto, como esse processo teria de ocorrer de forma alienada, sob o domínio de uma objetividade reificada – o capital – que determinasse os rumos a seguir e os limites a transgredir, o intercâmbio reprodutivo entre a humanidade e a natureza teve de se transformar no oposto (MÉSZÁROS, 2009a, p. 254).

Ou seja, num entrave à reprodução sociometabólica não só da vida humana. A positividade do imperativo autoexpansionista do capital, qual seja, o afastamento das barreiras naturais que permitiram ao ser humano se desenvolverem enquanto ente social, assume um caráter negativo contemporaneamente. O ato irresponsável de burlar a causalidade espontânea e o ritmo da natureza como forma de dar espaço para o desenvolvimento da sociabilidade humana vem se transformando num empecilho ao livre desenvolvimento humano. Chega-se ao ponto em que nem

mesmo as formas existentes de conhecimento científico, que até poderiam combater a degradação do ambiente natural, não podem se realizar porque interfeririam com o imperativo da expansão inconsciente do capital (MÉSZÁROS, 2009a, p. 254).

O desenvolvimento viável da ciência, assim como da tecnologia, não pode se realizar no sentido de oferecer saídas realmente sustentáveis para os males do nosso tempo por estar subordinado “às exigências absolutas da expansão e da acumulação do capital” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 254). A verdade é que tempo e conhecimento vem sendo desperdiçados no desenvolvimento de pesquisas e empreendimentos que visão satisfazer exclusivamente as necessidades do capital, sem se considerar as implicações para o futuro. Pensemos no legado atômico, por exemplo. A sua existência hoje,

significa que o capital está impondo cegamente a incontáveis gerações – que se estendem no tempo por *milhares* de anos – a carga de, mais cedo ou mais tarde e com certeza absoluta, ter de lidar com forças e complicações totalmente imprevisíveis (MÉSZÁROS 2009a, p. 256).

As exigências relacionadas a uma interação realmente sustentável com os recursos naturais que dispomos, dessa forma, vão muito além da questão do indivíduo que desperdiça água da torneira, que não separa o lixo etc. Por isso,

as pessoas preocupadas com o ambiente perderão a batalha pela racionalidade abrangente e restrição legítima da economia antes mesmo de ela começar, se sua meta não envolver a mudança radical dos parâmetros estruturais do próprio sistema do capital (MÉZÁROS, 2009a,p. 263).

Medidas sustentáveis de vida no nosso dia a dia são benéficas, sem dúvida, mas de forma alguma frearam o impulso acumulador e expansionista do capital. A verdade incômoda é que,

Sem uma reestruturação radical em todo domínio e toda dimensão da ordem de reprodução estabelecida [...], não se há de superar os novos tipos de necessidades perversas criadas pelas exigências alienadas da auto-reprodução ampliada do capital [...] Ao contrário, na situação atual, as perspectivas são bem menos promissoras do que na época de Marx, pois a tirania da necessidade artificialmente produzida foi estendida pelo capital a vastos terrenos antes intocados.

Somente uma reorientação qualitativa das práticas produtivas imperantes até hoje darão novo rumo à ciência e à tecnologia, assim como a toda forma de intercâmbio com os recursos naturais indispensáveis à vida humana, fazendo desse um ato emancipador. A sombra da incontabilidade é a expressão da inviabilidade histórica do sistema do capital.

O sistema do capital perpassa todos os níveis de intercâmbio humano, dessa forma, também se configura como uma dimensão importantíssima a sua reprodução sociometabólica, a família, unidade básica de consumo.

De acordo com Mézáros (2009a, p. 267) “a regulamentação economicamente sustentável da reprodução biológica dos seres humanos é uma função mediadora primária do processo sociometabólico”. Nesse sentido,

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a internalização – do *sistema de valores* profundamente iníquos, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como *normais*, em vez de desqualificados por “comportamento não conformista”. É por isso que encontramos por toda parte a síndrome da subserviência internalizada do *conheço-meu-lugar-na-sociedade* (MÉSZÁROS, 2009a, p. 267).

A ideia de igualdade burguesa é hierárquica e discriminatória porque está sempre submetida a uma determinação material alienante, que força os indivíduos a

não se reconhecerem enquanto tal e a se adequarem às normas, conceitos e padrões que mutilam sua subjetividade, interferindo, assim, na dimensão objetiva de sua vida. Daí a importância da família, enquanto instituição hierárquica internalizadora de valores. Mesmo quando se busca romper com o padrão da família nuclear, como vemos na sociedade contemporânea, por meio de tentativas de interação social/comunitária não hierárquicas e discriminatórias, acaba-se de uma forma ou de outra se ajustando a engrenagem do sistema.

E de outra forma não poderia ser. A família nuclear monogâmica nasce com os primeiros impulsos do sistema do capital. Ele precisa dela e de todas as suas contradições para se sustentar. Por isso,

O menor de todos os “microcosmos” da reprodução deve sempre proporcionar sua participação no exercício global das funções sociometabólicas, que não incluem apenas a reprodução biológica da espécie e a transmissão ordenada da propriedade de uma geração à outra. Nesse aspecto, não é menos importante seu papel essencial na reprodução do *sistema de valores* da ordem estabelecida da reprodução social (MÉSZÁROS, 2009a, p. 270).

É sob tais determinações que foi definido o lugar histórico e cultural das mulheres na sociabilidade capitalista, qual seja o papel preponderante na constituição da família nuclear burguesa como reprodutora biológica e transmissora de valores aos filhos e filhas enquanto consumidores e como força de trabalho.

Os momentos de expansão dinâmica do capital requereram ao mesmo tempo em que possibilitaram às mulheres pleitear a desvinculação exclusiva das tarefas domésticas e a entrada na força de trabalho. Registra-se, com isso, no século XX um aumento exponencial na quantidade de mulheres inseridas em massa na força de trabalho, constituindo hoje nos países de capitalismo avançado maioria. Contudo, isso

não resultou em sua emancipação. Em vez disso, apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter; exatamente como a “concessão” legislativa às mulheres, no caso da exigência de tratamento igual em relação à idade da aposentadoria, resultou na elevação da sua idade de aposentadoria (MÉSZÁROS, 2009a, p. 272).

A inserção das mulheres na força de trabalho significou a possibilidade de barateamento da força de trabalho geral, estendendo para o espaço de trabalho a subalternidade do lar. As raízes de tal questão, como vimos, são profundas e antigas, remontam a origem da propriedade privada. Engels (2010, p. 204) chegou a escrever que “A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante”. Para o autor “Essa condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna” (ENGELS, 2010, p. 204). A efetividade das relações de produção capitalistas, porém, não confirmaram as expectativas do autor. Isso ocorre porque

a classe das mulheres atravessa todos os limites de classes sociais [...], a emancipação feminina comprova ser o “calcanhar de Aquiles” do capital ao demonstrar a total incompatibilidade de uma verdadeira igualdade com o sistema do capital nas situações históricas em que essa questão não desaparece, não pode ser reprimida com violência [...] nem esvaziada de seu conteúdo e “realizada” na forma de critérios formais vazios (MÉSZÁROS, 2009a).

Por isso, a inserção da mulher na força de trabalho não significa a sua emancipação. Somente quando o imperativo da propriedade privada for eliminado é que poderá se tratar, de fato, da questão da igualdade substantiva. Isso não quer dizer que não houve nenhum avanço no que diz respeito à liberação da mulher, apenas que “As mulheres tiveram de compartilhar uma posição subordinada em todas as classes sociais, sem exceção” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 286).

Diante de tal determinação, se registra

Na história, a demanda pela verdadeira igualdade [...] com especial intensidade em períodos de crise estrutural, quando, por um lado, a ordem estabelecida se rompia sob a pressão de suas contradições internas e deixava de corresponder as suas funções sociometabólicas essenciais (MÉSZÁROS, 2009a, p. 286).

Com a atual crise estrutural, a demanda pela igualdade substantiva vem mais uma vez à tona. Somos forçados, assim, a enfrentar a questão da necessidade de formulação de um tipo de igualdade viável para os indivíduos em geral, e para a mulher em particular. Como a questão da opressão da mulher se encontra na propriedade privada, não há como tal tipo de igualdade ser engendrada sobre o

domínio do capital. Os limites da liberdade da mulher sob a dominância histórica do sistema do capital, expressa os limites da liberdade de todos os indivíduos.

A questão do desemprego crônico, por sua vez, manifesta-se como uma lei tendencial²⁶ inerente a estrutura produtiva capitalista. Contudo, comumente, tal questão é tratada na sociedade capitalista como um fenômeno ligado às leis pseudonaturais e atemporais, como a teoria malthusiana do aumento da população.

Para Mézáros (2009a, p. 320), enquanto tais leis são socialmente validadas,

a “explosão populacional” realmente ameaçadora – a tendência irresistível de desemprego crônico em todos os países – é ignorada e completamente deturpada [...] como se fosse devida apenas a desenvolvimentos tecnológicos e às descobertas científicas básicas e, portanto como se fosse devida à “aparência de leis naturais”.

Na verdade, as descobertas tecnológicas e científicas acabam contribuindo para a real explosão populacional, o desemprego crônico, por estarem submetidas aos ditames da reprodução sociometabólica do capital. Porém, elas em si não engendram nenhuma lei relativa ao desemprego. São as relações de produção que enformam o desenvolvimento tecnológico e científico que determinam o seu uso e consequências.

Dessa forma, a flexibilização do trabalho que acompanhou o ideário neoliberal incidiu diretamente no mercado de trabalho e provocou a desarticulação da classe trabalhadora através da redução dos direitos trabalhistas e da competição acirrada entre os indivíduos, gerando conflitos e demissões em massa até mesmo nos países centrais, tendo como consequência a precarização e marginalização de massas trabalhadoras.

De acordo com Mézáros (2009a, p. 321, grifo do autor), são dois os pilares de sustentação de tal situação: “(1) *torne a força de trabalho precarizada, e (2) transforme em criminosos os que protestarem contra*”. Ao proceder dessa forma, parte-se do princípio de que “se o sistema não tem condições de enfrentar a

²⁶ Ver Marx, A lei geral da acumulação capitalista.

intensificação das contradições, ninguém deve nem pensar em lutar por outras alternativas” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 321). A prostração histórica do capital ante suas contradições internas é imputada ao ser humano, levando a crer que não há o que se fazer além de conviver com tal situação.

Os perigos da suposta “explosão populacional”, no mundo contemporâneo, não dizem respeito apenas à assertiva de que existe “gente demais” no mundo

em relação à disponibilidade de meios de subsistência, quantificada essencialmente em termos de alimentos. A realidade claramente identificável de nossos dias se mostrou radicalmente diferente. Primeiro, ela não se caracterizou pela incapacidade da sociedade de oferecer a quantidade necessária de produtos agrícolas para alimentar a população, sob condições em que se desperdiçam grandes quantidades de alimentos [...] no interesse da maximização de lucros, por exemplo no quadro da “política agrícola comum” europeia. E segundo, “explosão da população” não é uma categoria genérica de “gente demais”, mas é definida por determinações sociais muito precisas – e muito perigosas em suas implicações (MÉSZÁROS 2009a, p. 321).

A alegação da “explosão populacional” está alinhada às necessidades de reprodução do capital. O problema básico que enfrentamos hoje não é a escassez. Essa etapa, o modo de produção capitalista superou a partir da sua instauração. Devemos nos preocupar mais com a abundância desordenada. Não faltam meios de produção, nem alimentos, e ainda assim se morre de fome hoje. Não há “gente demais”, há um processo crônico de expulsão de força de trabalho do processo de produção que caracteriza uma situação de desemprego crônico.

De acordo com Mézáros (2009a, p. 343), o desemprego crônico possui um caráter de dois gumes. Por um lado, “considerado em si mesmo, o desemprego sempre crescente mina a estabilidade social, [...] trazendo consigo [...] ‘conseqüências indesejáveis’” que “vão desde uma taxa de criminalidade crescente (especialmente entre os jovens) até denúncias violentas de agravos econômicos e formas de ação direta [...] trazendo o perigo de graves agitações sociais” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 343). Já, “Por outro, o que poderia ser uma alternativa óbvia à deterioração do emprego [...] não tem a menor chance de aprovação” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 343).

Esse duplo caráter torna o desemprego crônico não assimilável pelas dimensões fundamentais do sistema do capital. O processo produtivo para geração da mais-valia pressupõe a expulsão de força de trabalho do processo produtivo. Com a crise estrutural do capital acometendo toda a estrutura produtiva capitalista é inevitável que mais e mais pessoas sejam lançadas ao desemprego ou situações extremamente precárias de emprego. Isso gera sem dúvida uma perturbação na ordem da reprodução sociometabólica do capital que pode significar desde o aumento exponencial da taxa de indivíduos indesejáveis, ou a “explosão populacional”, até a temida possibilidade de entendimento por parte da força de trabalho, de que ela não precisa definhir nem capitular junto com o sistema do capital. Por essas razões que o desemprego crônico não pode significar uma solução a questão do emprego. Ele acrescenta mais uma contradição a questão já problemática do emprego.

A ativação dos limites absolutos, dessa maneira, evidencia a possibilidade de autodestruição da vida humana e, por conseguinte da dominância histórica do sistema do capital. No entanto, ela não determina o fim do sistema do capital, mas certamente significa o aprofundamento de uma forma de vida cada vez mais inviável por constituir-se como “*impedimento atuante* para a cumulação tranqüila do capital” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 227).

Para que escapemos de tal quadro histórico, é imprescindível considerar a

possibilidade de uma abordagem radicalmente diferente das potencialidades produtivas humanas, em resposta a uma necessidade genuína; oposta à prática estabelecida da reprodução social, subordinada aos imperativos alienados da produção-do-capital sempre-em-expansão, sem consideração das suas implicações para as necessidades humanas (MÉSZÁROS, 2009a, p. 605, grifo do autor).

A permanência histórica do sistema do capital implica a continuidade e o aprofundamento da disjunção entre as reais necessidades humanas e a produção, o que atribuiu à última um caráter nitidamente perdulário e destrutivo. As relações de produção desenvolvidas pela humanidade têm esse caráter porque

Durante o desenvolvimento histórico do capital [...] o caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. Foi obliterada por uma

concepção reificada, associada a estruturas materiais e relações igualmente fetichizadas que determinaram o sociometabolismo geral em todas as suas dimensões (MÉSZÁROS 2009a, p. 610).

Antes da efetiva predominância histórica do capital, o caráter real da produção de riqueza era a riqueza da produção. Através da interação com a natureza os indivíduos, de forma coletiva e orientada, criavam o mundo a sua volta, e dele eram donos. A produção coletiva e orientada da vida material significa a garantia da propriedade individual de cada um. Hoje,

O modo capitalista de reprodução social não poderia estar mais distante desta determinação original de produção e propriedade. Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como sua *própria propriedade*. Elas não mais são os pressupostos auto-evidentes e socialmente salvaguardados do seu *ser*, nem os pressupostos naturais do seu eu como constitutivos da “extensão externa de seu corpo”. Ao contrário, elas agora pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias (MÉSZÁROS, 2009a, p. 611).

Em épocas econômicas precedentes ao modo de produção e reprodução capitalista, mesmo que parcialmente, era possível ao ser humano tornar o produto de seu trabalho sua propriedade, uma extensão do seu ser. Entretanto, com a efetivação do processo de trabalho sob determinações capitalistas de produção, o ser humano passa a não se reconhecer no produto de seu trabalho, porque, afinal, nem os produtos, nem os meios de trabalho e nem a sua força de trabalho lhe pertence mais. O ser humano se torna definitivamente uma mercadoria, que ora serve como força de trabalho, ora como consumidor para satisfazer as necessidades de acumulação e expansão do capital.

Isso ocorre, porque,

A produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas necessidades, ou os controla impondo a eles seus próprios imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não se

pode escapar. Portanto, apenas a *auto-realização* por meio da riqueza de produção (e não pela *produção de riqueza* alienante e reificada), como a finalidade da atividade-vital dos indivíduos sociais, pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade auto-reprodutiva do capital e suas conseqüências destrutivas. Isto significa a produção e a realização de todas as potencialidades criativas humanas, assim como a reprodução continuada das condições intelectuais e materiais de intercâmbio social (MÉSZÁROS, 2009a, p. 613).

O ser humano precisa restabelecer o processo de trabalho como a manifestação positiva do seu ser, não como condição de assalariamento. Com isso, se coloca a possibilidade de libertação do alto nível de desenvolvimento das forças produtivas até aqui alcançado dos imperativos fetichistas do capital. Só assim, poderemos vislumbrar a possibilidade de a riqueza da produção ser o caráter principal da produção da vida material.

É nesse emaranhado de contradições que identificamos os nexos causais fundamentais à crise estrutural do capital na concomitância história do capital e do capitalismo. A simbiose histórica entre esses dois fenômenos permitiu ao sistema do capital ir mais longe do que jamais havia ido. O capitalismo rompeu as correntes que impediam o livre desenvolvimento do capital. Com isso,

o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a *disjunção radical* entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de forma que assegurem inevitavelmente sua própria produção – em extensão já grande e em constante crescimento – como *auto-reprodução destrutiva*, em oposição antagônica à *produção genuína* (MÉSZÁROS, 2009a, p. 699).

O capital chegou a tal ponto de irracionalidade que nem se quer a possibilidade iminente de destruição das condições sociometabólicas necessárias ao seu próprio desenvolvimento podem parar o seu movimento de autoexpansão ampliado. Não importa a que custo, quaisquer barreiras que se interponham à produção capitalista serão postas abaixo pelo capital como forma de impulsionar o seu autodesenvolvimento. Por isso, se pode afirmar que o sistema do capital, no seu estágio capitalista, perdeu qualquer ligação com a produção genuína. O grau de alienação que o capital impõe à humanidade é tamanho, que os pseudosujeitos do sistema do capital ignoram o destino de toda a humanidade, inclusive o deles. Se o

trabalho é a atividade que nos humaniza, a produção da riqueza é o que nos desumaniza.

No autor salienta, ainda, que:

Nesse sentido, os limites do capital não podem mais ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, enfim como uma *trava* ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade. Em outro sentido, os limites do capital podem se voltar contra ele, como mecanismo controlador todo-poderoso do sociometabolismo, não quando seus interesses vierem a colidir com o interesse social geral de aumentar as forças da produção genuína – o primeiro impacto de tal colisão pôde ser sentido, de fato, há muito tempo –, mas somente quando o capital já não for mais capaz de assegurar, por quaisquer meios, as condições de sua *auto-reprodução destrutiva*, causando assim o colapso do sociometabolismo global (MÉSZÁROS, 2009a, p. 699).

Em última instância, a ativação dos limites absolutos do capital coloca uma tarefa histórica à humanidade. Essa tarefa diz respeito não só a garantia da sobrevivência da humanidade, mas a eliminação histórica do sistema do capital. Pois, enquanto perdurar o sistema do capital, tais limites sempre voltarão a serem forçados até o máximo²⁷, dando, na melhor das hipóteses, uma sobrevida à humanidade.

Responder viavelmente a tal desafio é a questão principal que se põe à humanidade. De acordo com Mézszáros, há uma dupla razão para atentar-se para tal questão. A primeira delas diz respeito ao fato de que hoje

não é mais crível que a disjunção de necessidade e produção-de-riqueza [...] possa sustentar a si própria indefinidamente, mesmo nos países de capitalismo mais avançado e privilegiado; ainda menos que possa satisfazer “no momento próprio” [...] as necessidades elementares da vasta maioria da humanidade que agora tão insensivelmente despreza (MÉSZÁROS, 2009a, p. 605).

Responder ao desafio histórico posto pela ativação dos limites absolutos do capital não diz respeito só ao futuro da humanidade, diz respeito também a imediatez das condições de vida de milhões de pessoas que por todo o mundo vivem já de forma sobre-humana. Por mais repetitivo que possa parecer, é absurdo,

²⁷ Podemos pensar no caso das sociedades pós-capitalistas.

por exemplo, que num mundo em que setores constitutos da sociedade capitalista travam devido a superprodução, que alguém ainda morra de fome. E se engana quem pensa que mazelas como essas serão para sempre coisa de “Terceiro Mundo”. A segunda razão, por sua vez, diz respeito à apregoada impossibilidade de se engendrar uma alternativa viável às práticas produtivas dominantes no sistema do capital. Para Mészáros (MÉSZÁROS, 2009a, p. 605),

Tal visão é absolutamente insustentável, pois o domínio do modo de produção do capital possui apenas alguns séculos na história humana, e estabelecer sua permanência absoluta requer muito mais que as asserções, que se confundem com desejo, de seus defensores.

A autopercepção eternizante do capital, ao analisar e distorcer o passado e o futuro, torna desprezível qualquer forma de atividade produtiva que não possua características compatíveis às suas, reduzindo a nada o passado e eliminando qualquer esperança de um futuro em que se possa empreender uma forma de reprodução social humanizante. Deturpa-se, assim, a própria história humana, tirando do homem sua capacidade de construir e revolucionar a sua história.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise estrutural do capital, ao que tudo indica, é um fenômeno inédito na história da humanidade, com o potencial de afetar todo o sistema do capital e não apenas alguns dos seus aspectos isolados como já aconteceu antes. Nesse sentido, qualquer solução viável a sua existência deve estar para além dos limites estruturais do sistema do capital. A superação da crise estrutural do capital pressupõe a superação do próprio sistema do capital. Os seres humanos coletivamente organizados devem retomar o controle sobre o processo de produção e apropriação da riqueza, deixando para trás o período da história no qual o produto domina o produtor e o acaso, através da manifestação de crises periódicas, dita a “racionalidade” do sistema de controle social. O trabalho tem papel predominante nessa tarefa histórica por se configurar como o sujeito real da reprodução social.

O mundo em que vivemos está sendo dinamitado por todos os lados. A crise estrutural é como o pesadelo que atormenta a humanidade por ter criado um monstro chamado capital.

A crise estrutural é um fenômeno histórico que possui suas bases na intensificação estrutural das contradições internas do sistema do capital no modo de produção capitalista. A sua manifestação histórica afeta a totalidade do complexo social do capital em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos. Justamente por isso, tal crise, se configura como um fenômeno novo na história humana. Ela não se restringe a um ou outro setor da produção capitalista, ela afeta a sua totalidade, ao passo que também é uma crise política, uma crise das relações sociais efetivadas sob o imperativo alienante do capital. Por isso, se pode afirmar que ela possui um caráter universal. Por ser uma crise de caráter realmente mundial, graças ao processo de acumulação e autoexpansão intrínsecos ao desenvolvimento do sistema do capital. Por ser permanente e possuir um padrão de desdobramento que permite o seu escamoteamento sob a aparente normalidade do sistema.

Por efetivar-se de tal modo, a crise estrutural do capital impede a eficiente interação das dimensões fundamentais do sistema do capital, impedindo com isso o seu normal desenvolvimento, ou seja, impedindo a realização do seu padrão normal de acumulação de riqueza privada.

As principais consequências sociais da crise estrutural do capital se verificam na ativação dos limites absolutos do capital. Tais limites constituem problemas sociais que não encontram resolutividade sob a dominância histórica do sistema do capital, porque, solucioná-los implicaria a eliminação histórica do próprio sistema do capital.

A ativação desses limites impõe a humanidade o desafio histórico de ou engendrar uma forma de organização social qualitativamente oposta ao sistema do capital, ou ser submetida a condições de vida cada vez mais insustentáveis que apresentam a possibilidade da autodestruição da vida humana. Logo, faz-se imperativo pensarmos no viável desenvolvimento das forças produtivas com vistas a restabelecer a conexão orgânica entre o produtor, os meios e o produto do seu trabalho. Pois, é possível constatar que já houve formas de organizações sociais nas quais predominavam a produção coletiva e orientada da vida material. Restabelecida essa conexão, o alto nível das forças produtivas alcançado pela produção capitalista poderia, finalmente, ser colocado a serviço das reais necessidades humanas.

Qualquer alternativa viável a crise estrutural do capital parece apontar nessa direção, já que, hoje, em face do processo de descenso histórico do sistema do capital, que limita sua margem de manobra, o Estado moderno, que faz parte da base material desse sistema de controle sociometabólico, não se encontra mais aberto mesmo a concessões, e também não pode mais realizar a coesão econômica das estruturas reprodutivas desse sistema de acordo com seu impulso totalizador, ávido por acumulação, expansão e extração de trabalho excedente.

O sistema do capital configura-se como o primeiro sistema de controle sociometabólico sem sujeito da história. Nele os próprios controladores são controlados. O trabalho, assim, que é o sujeito real da produção, encontra-se submetido a um pseudo-sujeito, corporificado nas várias personificações existentes

do capital. E só o trabalho como tal, pode oferecer uma alternativa viável a esse sistema sociometabólico de controle sem sujeito, não o Estado, esta não é sua função desde sua origem.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007 – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

CHASIN, José. **Método Dialético**. s.d. Palestra.

ENGELS, Friedrich. IX. Barbárie e civilização. In: **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Introdução. In: **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl, **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. 2ª ed. s.c.: Zahar, s. d.

MARX, Karl. Capítulo V – Processo de trabalho e processo de valorização In: **O Capital**: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, István. Capítulo 2 – A ordem da reprodução sociometabólica do capital; Capítulo 5 – A ativação dos limites absolutos do capital; Capítulo 14 – A produção de riqueza e a riqueza da produção; Capítulo 18 – A atualidade histórica da ofensiva socialista. In: **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo, 2009a.

_____. A crise em desdobramento e a relevância de Marx. In: **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009b.

NETTO, José Paulo. **O que é o marxismo?** São Paulo: Brasiliense, 2006 - (Coleção primeiros passos)

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 104, 2010.

Sites:

Three weeks that changed the world

Disponível em: < <http://www.theguardian.com/business/2008/dec/28/markets-credit-crunch-banking-2008> >

Acesso em: 10/01/2014

The origins of the financial crisis: crash course

Disponível em: <<http://www.economist.com/news/schoolsbrief/21584534-effects-financial-crisis-are-still-being-felt-five-years-article>>

Acesso em: 10/01/2014

Para compreender a crise financeira

Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2410>>

Acesso em: 25/03/2014

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Taylor e Frazer . 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo e MARTINS, José. **Dinâmica da globalização**: mercado mundial e ciclos econômicos (1970-2005). Florianópolis, UFSC, 2006.

FALCON, Francisco e Moura, Gerson. **A Formação do Mundo Contemporâneo**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo**: na civilização do automóvel. São Paulo, Boitempo, 1999.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Tradução de Waltensir Dutra; atualização e revisão técnica Marcia Guerra - 22ª. ed. rev. e ampl. [Reimpressão]. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

LESSA, Sergio. **Questões Teóricas e Metodológicas em Ciências Sociais**. s/d. Manuscrito.

LESSA, Sergio. O Método e seu Fundamento Ontológico. In: **Metodologia y Trabajo Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo, Cortez, 2007.

MANDEL, **A Crise do Capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. Trad. Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Editora da UNICAMP / Ensaio, 1990.

MARX, Karl. Capítulo XIV – Mais-valia absoluta e relativa, Capítulo XXIII – A lei geral da acumulação capitalista, Capítulo XXIV – A assim chamada acumulação primitiva In: **O Capital**: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e o Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. V.05. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato).

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

PIMENTEL, Edlene: **Uma “Nova questão Social”?** raízes materiais e humanossociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: Edufal, 2007.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Sites:

Ciência: quando o diálogo é impossível

Disponível em: < <http://www.ivotonet.xpg.com.br/>>

Acesso em: 05/05/2011

Arms production and military services

Disponível em: < <http://www.sipri.org/yearbook/2012/05>>

Acesso em: 05/12/2013

A crise mundial de alimentos e a fome que virá por aí

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/a-crise-mundial-de-alimentos-e-a-fome-que-vira-por-ai>>

Acesso em: 10/01/2014

FAO e Banco Mundial alertam para risco de crise alimentar no mundo

Disponível em: <http://www.amambainoticias.com.br/mundo/fao-e-banco-mundial-alertam-para-risco-de-crise-alimentar-no-mundo>

Acesso em: 10/01/2011